

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL**

DIFERENTE É SER IGUAL: a inclusão de crianças com deficiência no ensino regular e as contribuições da família e do serviço social.

ELISAMA DE ALMEIDA SANTOS

CACHOEIRA/BA

2012

ELISAMA DE ALMEIDA SANTOS

DIFERENTE É SER IGUAL: a inclusão de crianças com deficiências no ensino regular e as contribuições da família e do serviço social.

Monografia de Graduação apresentada ao Colegiado de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Prof^a. Ms. Heleni Duarte Dantas de Ávila.

Orientadora

CACHOEIRA/BA

2012

S237 Santos, Elisama de Almeida.

Diferente é ser igual: a inclusão de crianças com deficiência no Ensino regular e as contribuições da família e do serviço social / Elisama de Almeida Santos. – Cachoeira, 2012.

68f. : il.; 22 cm.

Orientador: Prof^o Ms. Heleni Duarte Dantas de Ávila.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2012.

1. Educação inclusiva. 2. Deficiência. 3. Serviço social.
I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. II. Título.

CDD: 362.7083

ELISAMA DE ALMEIDA SANTOS

DIFERENTE É SER IGUAL: a inclusão de crianças com deficiências no ensino regular e as contribuições da família e do serviço social.

Monografia de Graduação apresentada ao Colegiado de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em ____/____/____.

Prof.^a Ms. Heleni Duarte Dantas de Ávila
Orientadora

Prof. Ms. Francisco Henrique da Costa Rozendo
Examinador

Prof.^a Ms. Jucileide Ferreira Nascimento
Examinadora

Às crianças e jovens com necessidades especiais, as quais em meio ao preconceito e a discriminação, respondem ao descaso social e educacional com um sorriso ingênuo, revelando assim, que a deficiência está naqueles que não conseguem enxergar as suas verdadeiras eficiências.

AGRADECIMENTOS

Sou infinitamente grata a Deus por ter permitido essa experiência única e maravilhosa de estudar numa Universidade Federal no Recôncavo da Bahia, a saber, na cidade histórica de Cachoeira, onde os valores e vivências são tão interessantes e por Ele ter me auxiliado a percorrer todas as etapas do percurso acadêmico, principalmente esta última etapa do curso.

A meu pai **Eziquiel Freitas**, pelo cuidado, investimento, compreensão e acima de tudo pela confiança dedicada a mim, permitindo que pudesse realizar meu sonho mesmo que distante de sua presença.

A minha mãe **Euci Leite**, pelo carinho e pelo precioso estímulo ao me incentivar a estudar o curso de Serviço Social o qual me identifico e pelo apoio que me deu em meio as minhas dificuldades. Muitas vezes busquei forças no seu exemplo!

À minhas irmãs **Quedma e Ana Raquel**, pela torcida rumo a minha vitória.

Aos amigos e familiares, pela força que me deram para superar todos os obstáculos e motivação para afugentar o desânimo para assim continuar seguindo a trilha que me faria alcançar esse objetivo.

Aos colegas de classe, companheiros, que se tornaram verdadeiros amigos, os quais me inspiraram de forma direta ou indireta na elaboração do meu trabalho em especial: **Rafaela Gonçalves, Ana Carla, Thialla Invenção, Tiana Paz, Marcos Vinicius, Aislane Santos, Carol Farias e Vitória Bastos**.

A todo corpo docente do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia: não estaria aqui sem a competência e dedicação de cada um de vocês.

Especialmente, à minha Mestra, Lindinha: **Heleni de Ávila**, que desde a fase do estágio curricular, esteve presente. Foi uma honra tê-la como orientadora. Admiro-te muito!

Agradeço também ao meu querido coorientador, professor **Henrique Rozendo** pela disponibilidade e colaboração com o resultado do meu trabalho. A sua participação foi de extrema relevância no desenvolvimento do mesmo.

Não poderia deixar de agradecer ao CEPRED, bem como à todos os profissionais que me acolheram na instituição, afinal foi a partir da minha experiência de estágio na Instituição que pude perceber a real importância de se estudar o cotidiano e a realidade daqueles que são discriminados em nossa sociedade. Em especial à minha querida SUPERvisora **Gil Sampaio**, sem esquecer da **Vilma Almeida**. Vocês são exemplos de profissionais!

Obrigado a todas as educadoras e assistentes sociais que contribuíram para esta pesquisa!

Muito obrigado a todos vocês por me possibilitarem essa experiência enriquecedora e gratificante, de muita importância para meu crescimento tanto humano quanto acadêmico.

A Gratidão é Infinita!

*“Não seja intransigente, a natureza é plural!...
O igual é diferente e o diferente é igual.”*

(Moacir Alves Carneiro)

RESUMO

A questão da inclusão de pessoas com deficiências em todos os recursos da sociedade ainda é muito incipiente no Brasil. Focalizando o campo do ensino, este trabalho visa investigar a importância da educação inclusiva de crianças com deficiências nos espaços educacionais regulares, tendo em vista que estes espaços são determinantes para o desenvolvimento de todos os indivíduos. Baseando-se nas legislações vigentes de defesa dessas pessoas buscar-se-á refletir sobre seus direitos e quais os reais empecilhos que conduzem o afastamento do aluno com deficiência ao ambiente de ensino regular. Além disso, analisaremos qual o papel da família na dinâmica da inserção e inclusão desses indivíduos na escola, bem como a relação direta da mesma com a educação, visando assegurar o direito dessas pessoas garantido por lei fundamentado nas disposições da Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº4. 024/61) que aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro sistema geral de ensino. E por fim, estudaremos as contribuições do Serviço Social compreendendo as novas perspectivas sócio-ocupacionais que abrangem na área do ensino.

Palavras-chaves: Educação Inclusiva. Crianças. Deficiências. Família. Serviço Social.

ABSTRACT

The issue of inclusion of people with disabilities in all society's resources is still very incipient in Brazil. Focusing on the field of education, this paper aims to investigate the importance of inclusive education of children with disabilities in regular educational spaces, considering that these spaces are crucial to the development of every individual. Based on existing laws to defend those people will seek to reflect on their rights and what the real obstacles that drives the expulsion of students with disabilities in regular education environment. Furthermore, we analyze the role of the family in the dynamics of integration and inclusion of these subjects in school, as well as the direct relationship with the same education, in order to ensure the right of persons guaranteed by law based on the provisions of Law Directives and Bases of Education national (law No. 4. 024/61) that points to the right of "exceptional" to education, preferably within the general education system. Finally, we study the contributions of Social comprising new prospects socio-occupational covering the area of education.

Keywords: Inclusive Education. Children with disabilities . Family. Social Service.

LISTA DE SIGLAS

ASCON- Assessoria de Comunicação

CEE- Centro de Educação Especial

CENESP- Centro Nacional de Educação Especial

ECA- Estatuto Da Criança e do Adolescente

LDB- Lei diretrizes e bases

LDBEN- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC- Ministério da Educação

ONG - Organização Não Governamental

ONU- Organização das Nações Unidas

PNE-- Plano Nacional de Educação

PND- Plano de Desenvolvimento da Educação

PNEE- Política Nacional de Educação Especial

UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SECULT - Secretaria Municipal da Educação, Esporte, Cultura e Lazer

SEM- Sala de Recursos Multifuncional

SEESP- Secretaria de Educação Especial

SINEPE- Sindicato das Escolas Particulares de Salvador

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA	16
2.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	21
2.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA BAHIA.....	31
3 A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA INCLUSÃO EDUCACIONAL DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS	37
3.1 FAMÍLIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.....	41
3.2 FAMÍLIA E EDUCAÇÃO.....	46
4 PERCURSO METODOLÓGICO	52
4.1 RESULTADOS DA PESQUISA	54
4.2 As CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL	60
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
6 REFERÊNCIAS	68
APÊNDICE	

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão é fruto do estágio curricular, o qual tornou-se inspiração para elaboração dessa pesquisa. Esta buscou conhecer a realidade das crianças e adolescentes com deficiências e seus direitos educacionais. A instituição onde iniciou-se o processo investigativo foi num Centro Estadual de Reabilitação na cidade de Salvador-BA, onde são atendidas pessoas com todo tipo de deficiência, e que por sua vez também estende este referido atendimento às crianças e adolescentes.

Na Instituição mencionada foi elaborado um projeto de intervenção, que objetivou expandir e divulgar os direitos das crianças com deficiências informando-os sobre a inclusão educacional durante o atendimento das mesmas. Através de folhetos informativos os seus responsáveis passaram a conhecer as leis que asseguram a inserção dos seus filhos no sistema de ensino regular.

Deste modo, diante da experiência vivenciada no estágio curricular supervisionado, identificou-se a possibilidade de ampliar o conhecimento, no que diz respeito ao processo de inclusão desses indivíduos, visto que os resultados do projeto de intervenção propiciaram uma percepção positiva no que se refere à importância da escola na melhoria da qualidade de vida das crianças atendidas no centro.

Em contrapartida, observou-se também, que apesar de saber os benefícios da inclusão escolar na vida dos seus filhos, alguns pais e responsáveis apresentavam algumas dificuldades em inserir os mesmos numa escola regular, alegando na maioria das vezes a falta de qualificação das escolas desde a acessibilidade, até a capacitação dos professores, sem falar das queixas sobre as recusas cometidas pelas escolas, quando os responsáveis tentavam admitir essas crianças e adolescentes com deficiências.

Sendo assim, através de subsídios necessários será realizada uma análise sobre a importância da inclusão educacional de crianças com deficiências no ensino

regular identificando quais os verdadeiros responsáveis pela inserção e permanência dos alunos com deficiências nos institutos de ensino, tendo por respaldo as leis que asseguram os direitos desses indivíduos, e a partir dessa análise fundamentar o presente trabalho.

Os discursos políticos os quais abordam essa temática apresentam avanços, porém na prática não fundamentam as ações para o benefício desse público, visando a sua inclusão educacional.

Contudo, surgem questões que norteiam a presente pesquisa: Os direitos e as leis inerentes às crianças com deficiências estão sendo atendidas apesar do discurso político? Qual o impacto social desse processo no dia a dia escolar? A família pode contribuir nessas ações? Quais os investimentos obtidos? Dar respostas a essas questões será uma nova maneira de enxergá-los e aprender a conviver com mudanças que estão além das letras, leis e códigos da Constituição Federal Brasileira.

Para além da introdução, este trabalho de pesquisa encontra-se estruturado em quatro partes. Inicialmente fez-se necessário discorrer acerca da Política Educacional Brasileira, salientando os desfechos históricos e atuais da mesma. Nesse sentido Frigotto (2010) afirma que:

Qualquer que seja o objeto de análise no campo das ciências humanas e sociais que se queira tratar no plano da historicidade vale dizer, no campo das contradições, mediações e determinações que o constituem, implica necessariamente tomá-lo na relação inseparável entre o estrutural e o conjuntural. Por outra parte, implica tomar o objeto de análise não como um fator, mas como parte de uma totalidade histórica que o constitui, na qual se estabelecem as mediações entre o campo da particularidade e sua relação com uma determinada universalidade. (FRIGOTTO, 2010, p.236).

Baseando-me na análise de Frigotto (2010) é necessário salientar que é muito comum dentro e fora do meio educacional haver muitos questionamentos sobre a

qualidade do ensino básico e a produtividade da escola pública. Há uma inquietação natural, levando todos os envolvidos a um debate permanente, principalmente quando a abordagem envolve o atendimento do Estado, o qual se mostra tão preocupado em propalar os avanços quantitativos resultantes da expansão do número de escolas e vagas, sem , contudo, deixar clara a política de universalização da qualidade necessária e desejada, ainda tão descompassada aos avanços numéricos em termos de acesso, pois os números de permanência, conclusão ainda preocupam a todos os envolvidos com a escola pública brasileira.

Neste mesmo contexto será apresentada a *Educação Inclusiva*, sobretudo a *Educação Inclusiva na Bahia* partindo da premissa de que a educação é direito de todos. Na estruturação das leis, dentre os discursos que amparam a igualdade pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), estão as que protegem a “igualdade de condições para o acesso à educação”, que determinam a inclusão das crianças com deficiências na rede pública de ensino.

Durante muitos anos é percebido que os mesmos foram excluídos da sociedade, devido às dificuldades em todos os seus âmbitos, principalmente em relação à educação escolar. Recentemente essa temática vem sendo abordada em várias áreas devido à quantidade de pessoas com deficiência no Brasil que buscam seus direitos; e não seria diferente na educação. Nos debates acalorados, percebe-se que este assunto vem sendo de extrema importância, muito mais pelas novas e amplas teorias, principalmente as pedagógicas discutidas, implantadas e aplicadas pelos profissionais facilitadores da educação.

Dessa forma, na terceira parte do trabalho achei pertinente elucidar *A Importância da Família na Inclusão Educacional das Crianças com Deficiências* ratificando as suas contribuições, entretanto não aferindo a responsabilidade somente a ela pela inclusão educativa desse grupo etário, mas acima de tudo ao Estado, por ser ele o elemento fundamental na definição das políticas educacionais as quais podem abranger de forma mais íntegra e universal o apoio não somente aos alunos, mas também aos seus responsáveis. Logo em seguida serão

explanadas as *Contribuições do Serviço Social* frente à educação inclusiva, no sentido perceber o posicionamento do profissional na área de ensino, respaldado no Código de Ética Profissional do Assistente Social, o qual se posiciona ao empenho na “eliminação de todas as formas de preconceitos, o respeito à diversidade, a participação de grupos socialmente discriminados e a discussão das diferenças.” (CFESS, 1993 p.23).

Na quarta parte apresentarei todo o percurso efetuado bem como a *Fundamentação Metodológica*, discorrendo de forma particular sobre a metodologia, os instrumentos de coleta de dados, análise e interpretação dos dados.

Sendo assim, o estudo traz como objetivo geral, considerar o direito à educação de pessoas com deficiência, bem como fundamentar as expectativas e percepções dos profissionais da educação básica sobre a educação inclusiva ampliando a visão dos mesmos, no que tange a condição atual de assistência concedida às crianças e adolescentes com necessidades educativas especiais, além de mostrar como o profissional de Serviço Social, no exercer de suas atividades pode atendê-los.

Consciente da realidade e direitos garantidos pelas leis constitucionais, esse presente trabalho visa estudar todo o contexto educacional inclusivo para assim contemplarmos os indivíduos com deficiência como sujeitos habilitados, competentes e capazes de construir e fazer parte do mundo moderno e globalizado.

2 POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA

A educação instrumentaliza o homem culturalmente, capacitando-o para transformações no seu status físico, moral, como também intelectual. Ela é o centro do desenvolvimento social. A sociedade não existiria sem que houvesse em seus membros suas particularidades. A educação perpetua e reforça essa homogeneidade. Desse modo, educar para a sociedade significa preparar as crianças para as condições próprias de sua existência (Durkheim, 1955).

Dentre as ações que realmente são eficazes para que a população possa apropriar-se dos bens culturais estabelecidos pela humanidade é exercitar a capacidade de discernimento, de reflexão, de criticidade e desenvolver sua potencialidade intelectual. Com isso, a política educacional configura-se fundamental no âmbito das políticas sociais e como obrigação do Estado. Silse Leão (2005) destaca que:

O governo brasileiro durante quase três séculos não desenvolviam ações para a escolarização do povo e só na terceira década do século XIX surgirá algum empenho neste sentido. De 1834 a 1934, assiste-se no Brasil a uma lenta, mas contínua democratização do acesso à escola pública básica nas redes estaduais e [...] nas municipais (LEÃO, 2005, p.2).

Segundo a autora, a política de educação nacional no Brasil fundamentava-se desde os primeiros tempos da República nos ideais liberais, caracterizada pela centralização, formalismo e autoritarismo.

A batalha da sociedade brasileira pela universalização do acesso à escola regular persistia em ressaltar essa reivindicação como prioridade, garantindo, que o último texto constitucional reafirmasse a educação como um direito de todos, definindo a quem cabe a responsabilidade por sua promoção e estímulo, e estabelecesse seus fins. Foi assim que a educação ficou assegurada no Artigo 205 da Constituição Federal de 1988, a qual declara:

Art. 205 – A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

A educação infantil passou a ser analisada como direito social relevante no histórico da política brasileira. Constituiu-se através de lutas dos movimentos sociais no final da década de 1980, a partir da Constituição Federal de 1988, quando foi garantido o direito ao acesso a todas as crianças a creches e pré-escolas em suas comunidades.

O constituinte dá uma definição política de educação: é um direito de todos e dever do Estado e da Família. Porém é de extrema significância observar um detalhe interessante: na passagem do artigo 205, proclamada em 1988, em que fica subentendido que a tarefa de educação é primeiramente do Estado ou Poder Público e em segunda instância, a família.

O renomado autor Frigotto (2010) citando Floresta Fernandes (1992), contesta que:

A educação nunca foi algo de fundamental no Brasil, e muitos esperavam que isso mudasse com a convocação da Assembleia Nacional Constituinte. Mas a Constituição promulgada em 1988, confirmando que a educação é tida como assunto menor, não alterou a situação. (FERNANDES, 1992).

Segundo Marilda Bruno (2008), antes da institucionalização das leis que asseguram os direitos a educação, a política vigente para a infância era de cunho social e assistencialista. Sem fins educativos, a creche, visava amenizar as carências, o desamparo, a pobreza e outras mazelas sociais. As crianças de 0 (zero) a 06 (seis) anos eram atendidas em creches mantidas por instituições sociais e comunitárias, tendo em vista minimizar os riscos sociais. Essa política assistencial não se ampliava a todas as crianças, somente ao atendimento de crianças sem

deficiência. A autora ainda destaca que a superação desse processo de relação excludente e assistencialista começa acontecer baseada nos princípios sócio-antropológicos e éticos da educação infantil como direito social garantido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996). Esta foi a primeira etapa da educação básica nacional a partir da legislação, na qual idealiza a educação infantil com metas e objetivos voltados não só ao cuidar como também ao educar. (BRUNO, 2008).

A Lei de Diretrizes e Bases passou a existir com o intuito de tornar-se um dos instrumentos de gestão efetivos no contexto da política educacional, propondo equacionar todas as diretrizes referentes à educação nacional e depois por regulamentar a educação pública no Brasil por um longo período. Com isso, a LDB busca rever o quadro de má qualidade educacional, bem como os elevados índices de fracasso e evasão escolar.

Porém, para Frigotto (2010) o desfecho da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e o percurso do Plano Nacional de Educação, agora subentendido pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), vieram confirmar que não houve melhora alguma, até o presente diante das análises críticas feitas por estudiosos da época. Ele cita a análise feita por Dermeval Saviani (2007) referindo-se ao PDE, que, o qual se superpõe ao Plano Nacional de Educação (PNE) e à numerologia que o acompanha, explanando que:

Fica-se com a impressão que estamos diante, mais uma vez, dos famosos mecanismos protelatórios. Nós chegamos ao final do século XX sem resolver um problema que os principais países, inclusive nossos vizinhos Argentina e Uruguai, resolveram na virada do século XIX para o XX: a universalização do ensino fundamental, com a consequente erradicação do analfabetismo (SAVIANI, 2007, p. 3).

Sendo que o mesmo, referindo-se aos conteúdos das políticas também declara:

Assim, o governo se equipa com instrumentos de avaliação dos produtos forçando, com isso, que o processo se ajuste a essa demanda. É, pois, uma lógica do mercado que se guia, nas atuais

circunstâncias, pelos mecanismos das chamadas “pedagogia das competências e da qualidade total (SAVIANI, 2007, p. 3)

Diante do exposto, entende-se que o Estado brasileiro foi sempre dominado por interesses privados, característica de todo estado capitalista, não sendo uma singularidade de nossa formação estatal. Porém, o privatismo referido assumiu aqui características muito mais acentuadas do que em outros países capitalistas.

A sociedade civil tornou-se destaque na relação singular com o Estado, sendo ponto central na ação por uma participação pública maior. Diante dos avanços referentes ao processo de construção da democracia, percebe-se que o mesmo contribuiu para dar visibilidade aos projetos políticos que enfatizavam visões distintas, porém determinantes para a ampliação do acesso aos espaços públicos a fim de garantir as mudanças esperadas no interior da própria sociedade. Oliveira (2010) argumenta que:

A reconfiguração do papel Estado como Estado mínimo possibilitou uma mudança no relacionamento entre Estado e sociedade, o que permitiu uma maior participação da sociedade civil na gestão e provimento das ações públicas, passando o Estado a ser um agente regulador e dispondo, cada vez mais, do comando das políticas públicas para a sociedade. (OLIVEIRA, 2010).

Bittencourt (2009) discorre que o Banco Mundial teve forte influência na definição das políticas educacionais brasileiras nas últimas décadas, nem tanto pelo volume de recursos que injetou no setor, mas pelo que conseguiu influenciar nas políticas sociais, principalmente, porque seu aval abria portas para a liberação de empréstimos destinados a programas de ajuste estrutural.

Assim as ações e estratégias sociais governamentais em um Estado de inspiração neoliberal incidem essencialmente em políticas compensatórias, em programas focalizados, voltados àqueles que, em função de sua "capacidade e escolhas individuais", não usufruem do progresso social. Tais ações não têm o poder de alterar as relações estabelecidas na sociedade.

Perante essa afirmação Frigotto (2010) declara:

Com isso, o Estado, em vez de alargar o fundo público na perspectiva do atendimento a políticas públicas de caráter universal, fragmenta as ações em políticas focais que amenizam os efeitos, sem alterar substancialmente as suas determinações. E, dentro dessa lógica, é dada ênfase aos processos de avaliação de resultados balizados pelo produtivismo e à sua filosofia mercantil, em nome da qual os processos pedagógicos são desenvolvidos mediante a pedagogia das competências. Nesse contexto, as concepções de educação centradas na pedagogia histórico- crítica – e, portanto, as possibilidades de uma educação unitária e omnilateral e as suas exigências em termos das bases materiais que lhes dão viabilidade, disputadas quando da definição do Plano Nacional de Educação (PNE), explicitadas em diferentes Conferências Nacionais e que afetam a educação no conjunto da federação, mormente a educação básica – ficam subvertidas predominantemente pela concepção mercantil (FRIGOTTO, 2010,p.245).

Bruno (2008) considera que as políticas públicas são ações complexas invisíveis, em constante modificação e transformação. A autora cita Palumbo (1994, p. 350), em que o mesmo afirma que a política “é um processo, uma série histórica de interações, ações e comportamentos de muitos participantes”. O autor comenta que uma proposta política não pode ser observada, tocada ou sentida. Ela tem de ser compreendida a partir da série de ações e comportamentos intencionais de muitas agências e funcionários governamentais responsáveis por sua implementação ao longo do tempo.

A política educacional direcionada ao desenvolvimento da vida humana é a uma conquista da cultura, da percepção crítica e do aproveitamento das potencialidades do ser humano requerendo no entanto, um posicionamento político dos processos educativos. Assim sendo, poderemos visualizar as possibilidades de reconstrução da sociedade humana menos desigual, em que os direitos alcancem e perpassem por todos os grupos e classes sociais.

Diante do que foi exposto pode-se afirmar que numa sociedade desigual e heterogênea como a brasileira, a política educacional deve exercer importante papel para a formação do cidadão, do sujeito em termos mais significativos. Para tanto, é indispensável que esta se desenvolva acima dos preceitos da reprodução determinada pelo capital que domina o Estado e que adote uma atitude

independente, para que o direito educativo de todos os indivíduos seja realmente efetivado. Mais do que oferecer as ações públicas, articuladas com as demandas da sociedade, devem se voltar para a construção de direitos sociais.

Nessa perspectiva, a luta pela educação pública de qualidade voltada para a emancipação humana, a saber, superação de exclusões, encontra sentido-se inserida no movimento de constituição de identidade política do povo, bem como dos seus dirigentes e, mais especificamente, dos dirigentes responsáveis pela definição, implementação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas para a educação pública. (Bittencurt, 2009). Dessa forma, a educação infantil será um espaço mais do que nunca privilegiado, para lidar com a diversidade, as diferenças culturais e sociais, bem como para combater a ocorrência de desigualdade e de exclusão.

2.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O setor educacional tem hoje o papel de possibilitar e de oferecer alternativas para que as pessoas que estejam excluídas do sistema possam ter oportunidades de se reintegrar através da participação, bem como da luta pela universalidade de direitos sociais e do resgate da cidadania.

O interesse nesse tema está provocando a revisão de numerosos sistemas educacionais, que, por conseqüência, delinearam ações harmônicas, como fazer o possível para que a educação chegue a todos os alunos em contextos regulares e não segregados.

Sasaki (2003) afirma que:

Educação inclusiva é o conjunto de princípios e procedimentos implementados pelos sistemas de ensino para adequar a realidade das escolas à realidade do alunado que, por sua vez, deve representar toda a diversidade humana. Nenhum tipo de aluno poderá ser rejeitado pelas escolas. As escolas passam a ser chamadas inclusivas no momento em que decidem aprender com os alunos o que deve ser eliminado, modificado, substituído ou acrescentado nas seis áreas de acessibilidade, a fim de que cada aluno possa aprender pelo seu estilo de aprendizagem e com o uso de todas as suas múltiplas inteligências (p.15).

A exclusão social de indivíduos com deficiências ou alguma necessidade especial é tão antigo quanto à socialização do homem. Sempre quando tratamos do tema integração ou inclusão social nos remetemos às pessoas com deficiência.

Muitos compreendem a integração de forma equivocada ao se referirem a este movimento como sinônimo de inclusão. Porém o sistema de integração recebeu inúmeras críticas, principalmente pelo seu caráter excludente, uma vez que para integrar-se cabe à pessoa com deficiência modificar-se para poder dar conta das exigências da sociedade. É um processo de seleção, processo que atinge todas as pessoas. E, no entanto, em relação às pessoas com deficiência, o processo se faz mais perverso. Não lhes é dada nem a oportunidade de competir, elas são excluídas por um princípio, o princípio da incapacidade.

Embora muitas pessoas confundam o processo de integração com o da inclusão, é preciso perceber as diferenças de suas propostas e analisar os objetivos que cada um desses processos propõe. Para adquirir uma vida social de liberdade e igualdade, é preciso extinguir do seio da sociedade toda atitude discriminatória a todos os indivíduos que possuam diferenças físicas, cognitivas ou psicossociais.

Sassaki (1997) acredita que a inclusão social é a forma pela qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com deficiência e, simultaneamente, essas também se organizam para assumir seus papéis na sociedade. Para o autor, a sociedade precisa ser transformada, devendo, contudo perceber que ela precisa se capacitar para atender às necessidades de seus membros.

Com isso, pode-se notar que a interpretação do autor supracitado é completamente diferente do que muitos imaginam, visto que na sua visão a inclusão e integração não significam a mesma coisa. A integração é, portanto, a inserção de um indivíduo com deficiência preparado para conviver na sociedade, ou seja, ele deverá ser instruído para se adaptar ao movimento da sociedade, enquanto que a inclusão é apreendida como a transformação da sociedade como pré-requisito para que os mesmos indivíduos possam buscar seu desenvolvimento e exercer a cidadania. Ao longo do tempo pode-se perceber a resistência a aceitação social do indivíduo que apresenta algum tipo de deficiência. Segundo Rolim (2003) na Idade

Média essas pessoas eram isoladas nas igrejas ou tinha função de bobo da corte. Sendo que esses seres humanos eram considerados diabólicos, com isso eram perseguidos e maltratados.

Historicamente na era pré-cristã, a deficiência é marcada pelo descuido e abandono, em que havia uma ausência total de atenção. Os indivíduos deficientes eram perseguidos e eliminados devido às suas condições atípicas, e a sociedade autenticava essas ações como sendo normais. Silva (1991) pontua que nas civilizações primitivas, embora existisse toda uma confiança às forças sobrenaturais (animismo) e à feitiçaria, não houve, para certas tribos, o relacionamento de defeitos físicos com algum tipo de magia.

Contudo na era cristã, os deficientes eram tratados segundo as concepções de caridade ou castigo predominantes na comunidade em que o mesmo estava inserido. Nos séculos XVIII e meados do século XIX, ocorre a fase de institucionalização, em que as pessoas que apresentavam deficiência eram selecionados, abrigados e protegidos em instituições residenciais.

Já no final do século XIX e meados do século XX, acontecem preciosas mudanças em que se dá o desenvolvimento de escolas e/ou classes especiais em escolas públicas, trazendo como proposta uma educação à parte à pessoa deficiente. Legalmente, desde 1948, através da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a educação de especiais passou a ser sinalizada, conferindo direitos à pessoa com necessidades e, sobretudo, direito à igualdade. Através de lutas sociais vários outros documentos foram sendo construídos buscando sempre direito à diversidade e à igualdade de condições para todos.

No início do século XIX surge a Educação de alunos com necessidades educativas especiais que se pautava num modelo de atendimento segregado. Por esta causa aconteceu uma série de ações e reuniões internacionais as quais foram convocadas para chamar a atenção do mundo a este respeito. Dentre essas reuniões, destaca-se a Convenção dos Direitos da Criança realizada em Nova York em 1989; a Conferência Mundial de Educação para Todos, que aconteceu em Jomtiem (Tailândia) em 1990; a Conferência Mundial sobre “Necessidades Educativas Especiais”, desenvolvida em Salamanca (Espanha), 1994; e, a mais

recente no ano de 2000, acontecida em Dakar (Senegal), com o título de “Fórum Consultivo Internacional para a Educação para Todos” sendo que nesse Fórum, os chefes de Estado e ministros da educação do mundo adotaram o compromisso com a educação inclusiva, a qual foi assumida num acordo da Conferência realizada em Jomtien, na Tailândia, sendo esta organizada pelo UNICEF, UNESCO, Programa de Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas e pelo Banco Mundial.

Talvez, entre todas essas conferências caiba destacar aqui a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, de 1994, em Salamanca, por ser a que de maneira mais decisiva e explicitamente contribuiu para impulsionar a Educação Inclusiva em todo o mundo. Nessa Conferência participaram noventa e dois governos e vinte cinco organizações internacionais, que reconheceram a necessidade e urgência de que o ensino chegasse a todas as crianças, jovens e adultos com deficiência no âmbito da escola regular.

De igual forma, a declaração por parte da Organização das Nações Unidas, ao longo de todos os anos tem mantido a posição em defesa dos mais desfavorecidos. Isto tem contribuído notavelmente para o reconhecimento dos direitos humanos e dos princípios de igualdade e equidade. Uma das posições mais notáveis nos últimos tempos foi eleger o ano de 1996 como o Ano Internacional contra a Exclusão, decisão tomada na Conferência dos Direitos da Criança no século XXI, realizada neste mesmo ano em Salamanca.

Com este fim, os especialistas ali reunidos nesta Conferência, estabeleceram um plano de ação cujo princípio norteador mostrava que as escolas deveriam acolher a todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas e outras. A partir daí, as escolas se encontram frente ao desafio de desenvolver uma pedagogia capaz de educar com êxito a todas as crianças, inclusive àquelas que têm deficiências graves.

Dada a sociedade plural e desigual em que estamos imersos, cabe aos sistemas de ensino considerar de maneira equilibrada, quais as possibilidades de que cada ser humano, tanto pessoa, como membro da sociedade, para que todos recebam uma educação válida no plano cognitivo e prático. Isto supõe conceber a

educação para além de uma visão puramente singular e sim, buscar a sua função em toda sua plenitude.

A partir do expressado nessas declarações e informes, pode-se apontar duas causas fundamentais as quais têm promovido o aparecimento da inclusão: por um lado, o reconhecimento da educação como um direito, e, por outro, a consideração da diversidade como um valor educativo essencial para a transformação das escolas. Dessa maneira, a educação inclusiva enfatiza a necessidade de avançar até em outras formas de atuação, em contraposições às práticas que têm caracterizado a integração escolar. Mazzota (2005) define a Educação Especial como:

Modalidade de ensino que se caracteriza por um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais organizados para apoiar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação formal dos educandos que apresentem necessidades educacionais muito diferentes da maioria das crianças e jovens. Tais educandos, também denominados de "excepcionais", são justamente aqueles que hoje têm sido chamados de "alunos com necessidades educacionais especiais". Entende-se que tais necessidades especiais decorrem da defrontação das condições individuais do aluno com as condições gerais da educação formal que lhe é oferecida (p. 11).

Diante do pressuposto, a educação inclusiva deve ser entendida como uma tentativa a mais de atender as dificuldades de aprendizagem de qualquer aluno no sistema educacional e como um meio de assegurar que os alunos, que apresentam alguma deficiência, tenham os mesmos direitos que os outros, ou seja, os mesmos direitos dos seus colegas escolarizados em uma escola regular.

É dessa maneira, que a idéia de inclusão trata de abordar as diferentes situações que levam à exclusão social e educativa de muitos alunos. Ela faz referência não somente aos alunos com necessidades educativas especiais, que sem dúvida têm que continuar sendo atendidos e dando, mas, sobretudo a todos os alunos das escolas.

A política de Educação Inclusiva foi introduzida nas políticas públicas do sistema educacional brasileiro através da Política Nacional de Educação Especial (PNEE). Estes documentos demonstram que a proposta de Educação Inclusiva está oficialmente instituída no Sistema Educacional Brasileiro.

O atendimento educacional às pessoas com deficiência foi estabelecido em 1961, pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 4.024/61, o qual prepondera o direito dos “excepcionais” ao ensino, preferencialmente dentro do sistema geral de educação. Para gerenciar a educação especial no Brasil o MEC institui o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), em 1973, este sob a égide integracionista, estimulando ações educacionais dando enfoque ao indivíduo deficiente, configuradas por campanhas assistenciais e iniciativas isoladas do Estado.

Em 1988 a Constituição Federal traz como um dos seus objetivos centrais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Art.3º, inciso IV). Determina, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

Também em seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (Art. 208). A Constituição Federal do Brasil (1988), no art. 227, na alínea II do § 1º do mesmo artigo, o texto constitucional coloca como dever do Estado:

a criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial e mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos (BRASIL,1988).

Temos, também, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 em que afirma o direito de todos à educação constando no artigo 55, que é obrigatório

que os pais ou responsáveis matriculem seus filhos na rede de ensino regular, podendo os pais em caso de contrariar a lei, ter a perda ou suspensão de seus direitos familiares, de acordo com o artigo 24. E no Capítulo IV – Do Direito a Educação, à cultura, ao Esporte e ao Lazer, Artigo 54, que “é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: Inciso II – Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede de ensino.”

A Política Nacional de Educação Especial é publicada em 1994, norteadando o processo de “integração instrucional” que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “[...] possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais” (p. 19). A PNEE constitui um grande avanço em relação à compreensão do papel da Educação Especial no processo de inclusão de “alunos com deficiência”.

Entretanto a Declaração de Salamanca, em suas orientações para ações em níveis regionais e internacionais, tem um posicionamento favorável aos princípios de educação inclusiva em classes regulares, apontando seus benefícios sociais:

Educação inclusiva é o modo mais eficaz para construção de solidariedade entre crianças com necessidades educacionais especiais e seus colegas. O encaminhamento de crianças a escolas especiais ou a classes especiais ou a sessões especiais dentro da escola em caráter permanente deveriam constituir exceções, a ser recomendado somente naqueles casos infreqüentes onde fique claramente demonstrado que a educação na classe regular seja incapaz de atender às necessidades educacionais ou sociais da criança ou quando sejam requisitados em nome do bem-estar da criança ou de outras crianças (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 5).

Em 1999, o Decreto nº 3.298, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

Vale lembrar, ainda, da Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001. Este Decreto tem importante repercussão na educação, exigindo uma reinterpretação da educação especial, compreendida no contexto da diferenciação, adotado para promover a eliminação dos empecilhos que impedem o acesso à escolarização e cujo objetivo era a erradicação de todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência, em que destaca que todos possuem direitos iguais, e dignidade.

Nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica em seu artigo 2º, resolução CNE/CEB nº 2/2001, destaca-se a seguinte declaração:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (BRASIL,2001).

O Programa Educação Inclusiva é regulamentado pelo MEC em 2003 sendo que este promulga direito à diversidade, com vistas no apoio às mudanças nos sistemas de ensino em redes educacionais inclusivas, gerando um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, à oferta do atendimento educacional especializado e à garantia da acessibilidade.

Em 2004, surge o documento “*O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular*”, publicado pelo Ministério Público Federal com o objetivo de difundir os conceitos e diretrizes do mundo para a inclusão, retificando o direito e os benefícios da escolarização de alunos com e sem deficiência nas turmas comuns do ensino regular.

O Decreto nº 5.296/04¹ regulamentou as Leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00 impulsionou a inclusão educacional e social, estabelecendo preceitos e critérios para

¹ Decreto nº 5.296/04- Regulamenta as Leis 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece

a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. O Programa Brasil Acessível, do Ministério das Cidades, é elaborado neste contexto com o objetivo de promover a acessibilidade urbana e apoiar ações que garantam o ingresso universal aos espaços públicos.

Aprovada pela ONU em 2006, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, estabelece que os Estados-Partes devem asseverar o princípio de educação inclusiva não somente nos níveis básicos de ensino, mas em todos os níveis, em espaços que contribuam ao máximo o desenvolvimento acadêmico e social ajustado com a meta da plena inclusão e participação, adotando medidas para fazer valer que:

- As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência;
- As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, 2006, Art. 24).

Neste mesmo ano, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, os Ministérios da Educação e da Justiça, juntamente com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), lançam o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, que objetiva, dentre as suas ações, contemplar, no currículo da educação básica, temáticas relativas às pessoas com deficiência e desenvolver ações afirmativas que possibilitem acesso e permanência na educação superior.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no artigo 59, recomenda que os sistemas de ensino devem garantir aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades. Sobre a LDB é oportuno citar Mazzotta (2001) quando ele afirma que:

normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Este projeto de LDB disciplina a educação escolar. No Capítulo III, dispondo sobre o direito à educação e o dever de educar, estabelece que “a educação, direito fundamental de todos, é dever do Estado e da família, com a colaboração da sociedade, cabendo ao Poder Público (...) observar modalidades e horários compatíveis com as características da clientela” (p. 87).

E por último destaca-se a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva² (2008), cujo objetivo é:

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008).

Para o Carneiro (2011) a Educação Inclusiva é representada por um:

Conjunto de processos educacionais decorrente da execução de políticas articuladas impeditivas de qualquer forma de segregação e de isolamento. Essas políticas buscam alargar o acesso à escola regular, ampliar a participação e assegurar a permanência de TODOS OS ALUNOS nela, independente de suas particularidades. Sob o ponto de vista prático, a educação inclusiva garante a qualquer criança o acesso ao Ensino Fundamental, nível de escolaridade obrigatório a todo cidadão brasileiro (p. 29).

² Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007.

Não basta que os alunos com deficiência estejam integrados às escolas comuns, eles devem participar plenamente da vida escolar e social dessa comunidade escolar. Isto significa que as escolas devem estar preparadas para acolher e educar a todos os alunos e não somente aos considerados como “*educáveis*”. Por isso, a inclusão assume que a convivência e a aprendizagem em grupo é a melhor forma de beneficiar a todos, não somente às crianças rotuladas como diferentes.

Passamos, portanto por um período fértil, em que se criou documentos essenciais na luta das minorias em busca de um direito tão transformador como a educação. Com base nas ações governamentais podemos por finalidade conceber a realidade de um movimento sócio-cultural, buscando trazer novas práticas, mais saberes e maneiras de ensinar e de aprender para alunos com deficiências, visando que todos tenham os mesmos direitos humanos e garantias fundamentais que os demais alunos da rede regular de ensino, na condição de valorizar a heterogeneidade.

Diante do que foi exposto, pode-se analisar e comprovar que existem as legislações que afirmam e decretam a inclusão de alunos com deficiência. Esses decretos estão presentes em Leis Internacionais e Nacionais, todavia e na prática, será que a inclusão realmente acontece? Será que todos são assistidos por essas leis? Será que as pessoas com deficiência têm conhecimento de todo esse aparato legal pelas vias do direito? Se não, o que é preciso mudar para que essa inclusão ocorra?

2.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA BAHIA

A Bahia assim como no Brasil é um Estado que compõe uma vasta diversidade de riquezas, mas também há muitas desigualdades sociais. Quando falamos em educação, historicamente relacionamos à delimitação e privilégios de um grupo e conseqüentemente valida a exclusão de outro por meios dessa desigualdade. Por muitos anos a idéia foi essa: o grupo considerado fora do padrão

normal era excluído do ensino e nem se pensava em homogeneizar os alunos na convivência escolar comum. Com essa desigualdade a educação inclusiva peregrinava em busca de avanços.

Só para nos situarmos na história, o processo acerca dos avanços na educação inclusiva na Bahia iniciou em 1933 com a criação do Instituto de Cegos, uma idéia que deu certo e serviu de base para os resultados atuais. Em seguida veio o Instituto Pestalozzi da Bahia em 1957 e depois a Escola Estadual Wilson Lins com o objetivo de atender os alunos com deficiência. Após esse período, a inclusão foi vista com um futuro a ser conquistado nas etapas e modalidades ao longo do século XX.

Na última década, surgiram dois eventos internacionais que trouxeram um novo modelo de educação inclusiva a Bahia: A Conferência Mundial de Educação Para Todos que aconteceu em 1990 em Jontien-Tailândia e a Conferência Mundial de Educação Especial realizada em Salamanca-Espanha em 1994.

Com a visão mais ampla após esses eventos, o Brasil constrói um paradigma educacional focado nos valores dos direitos humanos em todos os níveis e aspectos; especialmente a Bahia acredita que a inclusão escolar seria possível nascendo à esperança de que todas as crianças com deficiência deveriam aprender juntas com outras crianças, independente de suas dificuldades e diferenças.

Segundo o professor Emilio Figueira, apoiado nos dados recentes do Banco Mundial de Deficientes, o Brasil aponta melhorias nessa sua realidade e avançamos diversos seguimentos para atender essas pessoas. Figueira afirma que: “temos a melhor legislação do mundo referente às questões dessa classe de pessoas. Muitas já foram às conquistas”.

Segundo o referido professor as pessoas com deficiência já não são um universo pequeno ou insignificante diante das estatísticas. Em se tratando de inclusão escolar, percebemos que, conforme o último censo demográfico oficial realizado pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, o número de pessoas que apresentam alguma tipo de deficiência (visual, auditiva, motora ou mental), registradas na pesquisa, foi de 45.606.048 representando cerca de 23% da

população brasileira. Segundo essa pesquisa, a região nordeste apresentou o maior percentual de todas as deficiências investigadas.

Segundo o Censo da Educação Básica de 2011 aponta que, no Brasil, apenas 21,7% (163.409) das matrículas de estudantes com deficiência estão na rede privada. A rede pública, por sua vez, conta com 78,3% (588.896) do total das matrículas. Um projeto do governo federal fornece apoio educacional aos alunos com deficiência no turno oposto ao que estudam. São salas com recursos multifuncionais que estão em 24.301 escolas de todo o país, segundo o MEC³.

Já na Bahia, segundo o estudo, o número de matrículas de alunos com deficiência na rede particular é ainda menor. Dos 45.853 matriculados, apenas 10,9% são de escolas privadas. Na rede municipal, das 413 escolas, 49 têm salas multifuncionais, mas apenas 16 estão funcionando, de acordo com a Secretaria Municipal da Educação, Esporte, Cultura e Lazer (SECULT). O órgão informa que 1.571 alunos com deficiência têm matrícula. A rede estadual conta com 89 salas em funcionamento. Nas escolas estaduais estão matriculados 35 mil estudantes com atendimento educativo especial. Na Bahia, a Secretaria de Educação do Estado vem buscando recursos necessários para implantar alguns projetos e programas inclusivos de qualidade. Cito o primeiro programa: Sala de Recursos Multifuncional (SEM) nas unidades internas das escolas e o programa Centro de Educação Especial (CEE). O objetivo é atender maior parte das crianças e adolescentes.

Segundo a Assessoria de Comunicação (ASCON) do Estado (2010), algumas cidades do interior da Bahia já estão desenvolvendo os referidos projetos. Miranda (2010) em “A Bahia no caminho da inclusão”⁴ destaca que o governo baiano prioriza a inclusão com o lema: “A cadeira vazia que se destinada a pessoa com deficiência, não pode permanecer vazia”. Ainda nesta referência, a autora cita que muitas escolas e municípios baianos participam de projetos do governo além de acontecer muitas parcerias que ligam a escola à organizações da sociedade civil formando uma rede de inclusão. Os exemplos são os Fóruns para Inclusão Escolar

³ Informações Disponíveis em: <http://atarde.uol.com.br/bahia/materias/1467768>.

⁴ TÂNIA MIRANDA. A Bahia no caminho da inclusão. Disponível em <http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/educacao-bahia-no-caminho-da-inclusao>. Acessado no dia 09 de fevereiro 2012.

de Surdos; o 1º Fórum de Educação Especial do Estado, o Seminário “Um novo olhar sobre a Educação Especial” e o 1º Encontro de Entidades de e para Pessoas com Deficiência.

Numa publicação no site da Secretaria de Educação da Bahia, o Secretário da Educação, Professor Osvaldo Barreto e o Coordenador de Educação Especial, Professor João Prazeres, reafirmam a consolidação da educação inclusiva: “Nós já crescemos bastante e, agora, temos que ter um olhar voltado para o fortalecimento desse trabalho. Estamos juntos nessa parceria de priorizar a educação especial no Estado”(Acessado em 09 de outubro de 2012)

Os dados da Secretaria de Educação após o investimento em formação de professores através da rede de Educação Especial e dos cursos de formação continuada confirmam, segundo o professor Prazeres “em 2006 tínhamos 05 centros em todo o estado: 03 na capital, 02 em Feira de Santana. Atualmente são 04 em Salvador, 02 em Feira de Santana e 06 distribuídos entre a cidade de Jequié, Ribeira do Pombal, Itabuna, Serrinha, Ipiaú e Caitité”.

Ainda conforme Miranda (2010), o balanço no Estado é positivo: 262 cidades atendidas, 2.233 professores capacitados nas áreas de Libras (português com segunda língua para surdos) Braille, Soroban (instrumento que possibilita a pessoa cega fazer cálculo matemático), professores capacitados em transtornos global do desenvolvimento, transtornos de déficit de atenção e hiperatividade, deficiência intelectual, atendimento educacional especializado, além de 1372 Salas de Recursos Multifuncionais. Foi lançada a rede Centro de Educação Especial (CEE) que já conta com a parceria de 352 municípios, Faculdades e ONGs.

Porém na realidade há controvérsias no que diz respeito à inclusão educacional na capital baiana, pois muitos pais alegam ter dificuldade de inserir seus filhos nas escolas de ensino regular. O Sindicato das Escolas Particulares de Salvador (SINEPE) reconhece tal prática. "Para que a instituição ajude o aluno a se desenvolver, é preciso acompanhamento especializado. Por isso existe a limitação", justifica Jaime David, assessor da diretoria do SINEPE. Segundo ele, caso os pais não encontrem vaga em uma unidade, devem procurar outra, "Salvador tem 840 escolas particulares. Em uma delas haverá vaga".

Logo percebemos que na visão do Poder Público, a política educacional na Bahia busca melhorias para concretizar a inclusão. Atualmente estão matriculados 33.686 estudantes com necessidades especiais - um número surpreendente que equivale a 78% superior ao registro de 2007. Ao longo desses avanços, os familiares desses estudantes nessa condição passaram a acreditar na educação como direito de todo cidadão como cita os direitos no Estatuto da Criança e do adolescente: “toda criança e adolescente tem direito à vida e a saúde, à liberdade, respeito e dignidade, à convivência familiar e comunitária, à educação, cultura e lazer. À profissionalização e proteção ao trabalho”. (ECA, 1990, 61).

Apesar dos dados obtidos pela Secretaria de Educação tenham sido positivos, não foram mencionadas se houveram mudanças estruturais nas escolas, o que requer para inclusão de alunos com deficiências, se existem todos os recursos audiovisuais e didáticos necessários ou se estão sendo atendidos pelos programas. Não foi pontuado como o governo avalia as ações desenvolvidas. Nesse sentido, a prática dos programas será sempre acompanhada pela sua efetivação impactando e provocando aos veículos de informação a publicar a autenticidade e legalidade dos projetos político-pedagógicos de inclusão do nosso estado.

Embora esses dados sejam favoráveis, é importante ressaltar que essa efetivação política voltada para inclusão ainda é desafiadora na Bahia. Estamos apenas no início do processo inclusivo. Considerando que as informações foram de cunho político, bem como todas as implementações dos programas, precisa-se assegurar que o progresso dos mesmos não retrocederá face às diferenças políticas partidárias futuras.

Cabe lembrar que a limitação de vagas para alunos com deficiência é considerada um ato criminoso pela legislação brasileira. A Lei 7.853, de 1989, especifica, no artigo 8º, que recusar a inscrição de um aluno em qualquer curso, público ou privado, por motivos derivados da deficiência é crime. A lei estabelece pena de reclusão de 01 a 04 anos, para o diretor ou responsável pela escola, além de multa. A educação inclusiva é antes de tudo uma questão de direitos humanos, já que defende que não se pode segregar a nenhuma pessoa como consequência de

sua deficiência, de sua dificuldade de aprendizagem, do seu gênero ou mesmo se esta pertencer a uma minoria étnica.

3 A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA INCLUSÃO EDUCACIONAL DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS

A família e a escola são dois elementos muito importantes na socialização do indivíduo na medida em que os dois influenciam diretamente na educação do mesmo, contribuindo para a sua realização pessoal e concretização dos seus projetos ao longo da sua vida. A escola e a família, assim como outras instituições, vêm passando por profundas transformações ao longo da história.

Com isso é interessante perceber que os processos de formação se dão não apenas nos estabelecimentos de ensino como também em outras ambiências culturais como a família, visto que a família é o centro essencial para o desenvolvimento de todo ser humano. A família é considerada a base da sociedade, conforme alude o art. 226 da Constituição Federal de 1988.

As crianças e os adolescentes com deficiência possuem o direito à educação inclusiva, que respeite sua dignidade e, a comunidade familiar deve participar dessa formação intelectual e lutar pela inclusão das crianças com deficiência na sociedade. De acordo com o artigo 205 da Constituição Federal:

[...] a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1998).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no seu artigo 4º discorre:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à liberdade e a convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

O dever da família com o processo de escolaridade e a importância de sua presença no contexto escolar também é reconhecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que no seu artigo 1º trás o seguinte discurso:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisas, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996).

A Declaração de Salamanca, documento, inspirador de muitas das políticas educacionais da maioria dos países, é bem clara no que se refere à família e o movimento pela inclusão. Ela possui quatro artigos (artigos 59 a 62) especificamente relativos à "interação com os pais", e vários outros que indiretamente implicam uma parceria com a instituição familiar no processo de integração/inclusão dos portadores de deficiência. Ao que nos cabe aqui, são de especial interesse os seguintes artigos, que dizem:

Art. 60 - Os pais são os principais associados no tocante às necessidades educativas especiais de seus filhos, e a eles deveria competir, na medida do possível, a escolha do tipo de educação que desejam seja dada a seus filhos.

Art. 61 - Deverão ser estreitadas as relações de cooperação e apoio entre administradores das escolas, professores e pais, fazendo que estes últimos e na supervisão e no apoio da aprendizagem de seus filhos (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 43) .

O acesso escolar na visão de Carneiro (2011) é a efetivação do direito de qualquer aluno se matricular em escola regular de ensino sem qualquer tipo de restrição. Considerando o princípio constitucional da igualação de direitos (Constituição federal, art. 5º), o conceito de escolar está vinculado, por extensão, ao conjunto de princípios que fundamentam a organização do ensino, nos termos do

art. 3º da Lei Diretrizes e Bases, inclusive ao conceito de permanência na escola. O autor ainda discorre que a educação inclusiva é:

Conjunto de processos educacionais decorrente da execução de políticas articuladas impeditivas de qualquer forma de segregação e de isolamento. Essas políticas buscam alargar o acesso à escola regular, ampliar a participação e assegurar a permanência de todos os alunos nela, independente de suas particularidades. Sob o ponto de vista prático a educação inclusiva garante a qualquer criança o acesso ao Ensino Fundamental, nível de escolaridade obrigatório a todo cidadão brasileiro (CARNEIRO, 2011, p. 29).

Fundamentados nisso, precisa-se fortalecer a idéia de que não basta o conhecimento dos direitos legais dos diferentes à educação, mas também o reconhecimento por parte da família das capacidades alternativas de elaboração e construção de conhecimentos, exigindo que o ambiente escolar cumpra seu papel educativo também para essas pessoas.

Diante do exposto, pode-se afirmar que para poder construir uma sociedade inclusiva é preciso antes de qualquer coisa, de toda uma mudança no pensamento e na estrutura da sociedade e isso requer certo tempo. O que irá realmente nortear e desencadear essas mudanças é a real aceitação das pessoas com deficiências e essa aceitação deve começar pela própria família.

O papel da família tem sido cada vez mais ressaltado, no sentido de ser parceira vital no processo de integração (social, escolar) da pessoa com deficiência. Os pais são os principais associados no tocante às necessidades educativas especiais de seus filhos, e a eles deve-se competir, na medida do possível, a escolha do tipo de educação que desejam seja dada aos seus filhos (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

Contudo, não se pode transferir toda a responsabilidade a família. O poder público, por sua vez deve assegurar todo o atendimento nas áreas de saúde e educação para a pessoa com NEE, e deve, além disso, promover a saúde física e mental não só da criança, mas de toda a família. Cabe ao poder

público garantir um sistema de serviços que promova a saúde física e mental das famílias, em geral, e das crianças e jovens e adultos, em especial (BRASIL, p.8, 2004). Partindo desse mesmo pensamento pode-se afirmar que:

A família precisa contar com serviços de avaliação e de atendimento às crianças e adolescentes, de forma que possam freqüentar os espaços comuns da comunidade desde o início de suas vidas, juntamente com seus familiares. Quando a família não conta com esses serviços, tende a se fechar e a manter a criança em casa, iniciando um processo de segregação e de exclusão já no contexto familiar (BRASIL, 2004, p.8).

Uma das dificuldades dessas famílias é a de encontrar um ambiente escolar efetivamente preparado, as constantes recusas e eventuais preconceitos que ainda se fazem presentes, mas os responsáveis por essas crianças e jovens não podem desanimar no cumprimento do seu dever: o de garantir aos seus filhos o direito de acesso à educação (Carneiro, 2011). O poder público, por sua vez, deve garantir assistência ao atendimento em todas as áreas, especialmente na saúde e educação promovendo a saúde física e mental não só da criança, mas de toda a família.

Na concepção de Dorziart⁵ (200?), é cada vez mais urgente a necessidade das famílias construírem uma perspectiva positiva sobre eles seus membros com necessidades educacionais especiais. Esse olhar positivo pode vir a criar expectativas na família, transformando atitudes de comodismo a situações preestabelecidas em vontade de superação de limites, e levar seus filhos a terem uma melhor auto-estima e a desenvolverem-se em diversos aspectos, inclusive no escolar.

Diante das dificuldades da inclusão desses indivíduos Carneiro (2011), salienta que, se os instrumentos de persuasão com a escola não forem suficientes, os pais devem procurar outra que o acolha bem, não deixando de denunciar essas

⁵ Professora/Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Líder do grupo de pesquisa cadastrado no CNPq intitulado "Inclusão e Alteridade: um novo olhar sobre o currículo". Artigo sem ano de publicação.

recusas às autoridades Conselho Tutelar e Ministério Público Estadual . Afinal, pela nossa legislação é crime recusar a matrícula e é também crime fazer cessar a matrícula já existente. A Lei 7.853, de 1989, menciona, no artigo 8º, que rejeitar o cadastro de um aluno no âmbito, público ou privado, por motivos relacionados à deficiência é considerado como um delito.

Devemos lembrar que as pessoas com deficiência têm sua cidadania usurpada quando seus direitos são negados. O importante é que a família esteja sempre pronta a garantir o acesso à escola, ciente de suas responsabilidades nesse papel. Deixar de mandar uma criança à escola pode significar solução imediata, mas em longo prazo as conseqüências podem ser danosas, tendo em vista que a educação é um direito humano fundamental.

Sendo assim, difundir essas mudanças de idéias, de atitudes, de relacionamentos com as diferenças individuais e com o modo como cada um se constitui busca-se, com a participação da família a construção de uma sociedade inclusiva, visando, o desenvolvimento pessoal e a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

3.1 FAMÍLIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

O termo “família” é proveniente do latim “famulus”, que quer dizer “escravo doméstico”. Criada na Roma Antiga, esta terminologia foi usada para designar uma nova estrutura social que surgiu nas tribos latinas, sendo que esta organização caracterizava-se pela presença de um chefe que mantinha sob seu poder a mulher, os filhos e certo número de escravos, com o domínio sobre todos estes. A partir daí, a família tem sido abordada sob distintos enfoques e definições, e levantando assim, muitos questionamentos em torno de sua análise.

A família cada vez mais vem se tornando objeto de investigação de muitos pesquisadores no campo das ciências humanas. A antropologia, a sociologia e a

psicologia, dentre outras áreas de conhecimento, vêm debatendo sobre a definição do termo família, assim como compreender as questões polêmicas que a cercam, conforme Souza (2009) apud Fox, 1986/ Berenstein (1988). A mesma é considerada o mais importante de todos os grupos sociais, pois é através dela que aprendemos a perceber o mundo e a nos situarmos nele, é a formadora de nossa identidade social, a base do processo da socialização.

No decorrer da história, a família vem passando por uma série de modificações, sobretudo pelas mudanças culturais e socioeconômicas da humanidade. Essas alterações ocorrem principalmente em sua formação, que passa aos poucos de famílias de predomínio nuclear (pai, mãe, filhos), para família monoparental com um número maior de mulheres como chefes (MIOTO, 1999), principalmente nos grandes centros urbanos.

Antigamente o padrão familiar era constituído de pai, mãe e filhos e outros membros, cujo governo centrava-se no patriarca, contudo no decorrer do tempo surgiram novas composições familiares. Isto é, famílias estabelecidas sob as mais variadas formas, desde aquelas, formadas apenas por pais e filhos, outras formadas por casais provenientes de outros relacionamentos, até famílias compostas por homossexuais e famílias apenas composta por avós e netos, o que não significa que estas novas formações não possam ser consideradas famílias. Elas apenas são constituídas de forma diferente, mas continua sendo consideradas famílias. Isto se dá ao fato da dura realidade do dia-a-dia na vida moderna que ocasiona a falta de tempo dos pais para uma boa convivência com os filhos e isso dificulta os mesmos de oferecerem uma educação propícia a essas crianças. Outro fator importante e que tem ocorrido freqüência para a modificação familiar é o que diz respeito ao grande número de separações e divórcios.

É relevante revelar o conceito de família através da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), o qual no parágrafo 3º, do artigo 226 reconhece a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar e da monoparentalidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes; e, ainda no artigo 227, parágrafo 5º, as relações ligadas pela afinidade e pela adoção. Já o Código Civil Brasileiro em vigor desde 11 de janeiro de 2003, considera qualquer união estável

entre pessoas que se gostam e se respeitam, mudando assim o conceito de família, até então considerado ideal.

Como um marco na evolução sobre o conceito de família destaca-se a Constituição de 1988. De acordo com Souza (2009) apud Genofre (1997) “[...] o traço dominante da evolução da família é sua tendência a se tornar um grupo cada vez menos organizado e hierarquizado e que cada vez mais se funda na afeição mútua”. Portanto não se pode pensar em família, mas sim famílias, levando em consideração à variedade de relações existentes em nossa sociedade. Sobre a mencionada Constituição determina a todos os cidadãos respeito à dignidade humana, tendo em vista que os laços afetivos são condicionantes para a construção familiar, independente de carga genética.

Apesar da família ter deixado de ser apenas um modelo para se desdobrar em vários modelos, ela ainda continua tendo a mesma finalidade: É a base do indivíduo na vida social. Souza (2009) apud Campos e Carvalho (1983) esclarecem quando afirmam que:

[...] a palavra família, na sociedade ocidental contemporânea tem ainda para a maioria das pessoas, conotação altamente impregnada de carga afetiva. Os apologistas do ambiente da família como ideal para a educação dos filhos, geralmente evidenciam o calor materno e o amor como contribuição para o estabelecimento do elo afetivo mãe-filho, inexistente no caso de crianças institucionalizadas (p. 19).

É importante destacar que, o aumento de mulheres ingressando no mundo do trabalho, além do aumento das separações e divórcios tem sido uma das modificações mais significativas da dinâmica familiar. Com a revolução industrial e com a revolução feminista, as mulheres mudaram radicalmente o seu posicionamento em menos de meio século. Isso provocou uma reorganização da sociedade determinado pelos movimentos feministas as quais lutaram para a garantia efetiva dos seus direitos.

A história revela que as mulheres estrangeiras, na segunda guerra mundial foram obrigadas a saírem de casa e trabalhar em fábricas, pois os homens estavam na guerra frente à batalha. Com isso as mulheres foram tomando conta da produção industrial de armamentos, munições, roupas e alimentos, influenciando assim a mulher brasileira que também sofreu os impactos da guerra.

Existem muitas definições e tipologias de família. Segundo Ventura (2010):

A diversidade dos modos de conceber e definir a família tem pelo menos duas causas: a primeira tem a ver com as diferenças culturais e de valor, a segunda com os níveis de discursos - religiosos, morais, legais, das tradições culturais, das políticas sociais, até à específica tradição de cada família, de cada indivíduo (VENTURA,2010).

De acordo com a supracitada autora, a família, pode ser percebida como um grupo de pessoas cooperantes que coexistem sob o mesmo teto, sendo que essa família tem diferenciados tipos, podendo ser: nuclear, monoparental, dentre outros. As famílias nucleares caracterizam-se por uma só união entre adultos e um só nível de descendência, isto é, pais/filhos. Nelas não existem parentes (tios, primos), nem há saltos nas gerações (por exemplo, só avós e netos). Isso acontece, nas populações envelhecidas, quando estas famílias são constituídas apenas por dois elementos – o casal de “meia idade” ou idoso.

Segundo Teruya, o autor Parsons (2000) afirma que a concepção sobre as funções da família nuclear faz parte de uma teoria geral da sociedade. Segundo a autora:

A família nuclear combinaria com a sociedade industrial, na medida em que contrasta com a família anterior, onde a solidariedade do grupo de parentesco implicava em obrigações extensivas. Este novo modelo se caracterizaria pela perda de importância do parentesco extenso, independência econômica dos filhos (acarretando a conseqüente diminuição da autoridade paterna), aumento da participação da mulher no sistema produtivo, natalidade planejada e reduzida.

A família monoparental é constituída por um dos pais com o(s) filho(s). Segundo Teruya são diversas as causas que podem dar origem a este tipo de estrutura: viuvez, nascimentos fora do casamento, separação, divórcio. Se no passado se tratava, sobretudo, de famílias compostas de viúvos (as) com filhos, atualmente o grande aumento deve-se, sobretudo à separação e divórcio e, em menor medida, a mães solteiras com os seus filhos. As causas mais freqüentes de monoparentalidade nos dias atuais são os critérios para a custódia dos filhos. Na maioria das vezes a mãe é considerada mais adequada para as tarefas parentais, especialmente quando os filhos são pequenos.

Logo, algumas famílias abarcadas nos exemplos dados necessitam de legitimização social e legal, sendo, no entanto reconhecidas como “família”, porém perpetuam os seus aspectos fundadores e habituais: a coabitação, a solidariedade entre conviventes, a cooperação e o empenho recíproco. Portanto há de se perceber que os modos de constituir uma família se multiplicaram, sendo o seu significado cada vez menos delimitado.

O Conselho de defesa dos direitos da criança e de adolescente do Estado de São Paulo informa que o padrão da família brasileira da primeira metade do século XIX, até a primeira metade do século XX era constituído por um pai, mãe e filhos. Os componentes da família brasileira deste período eram comandados por um pai. Essa família tinha como base o casamento e as relações jurídicas dele resultantes, entre os cônjuges, e pais e filhos. Esse conceito teve bastante influência da Igreja Católica. Segundo Miotto (1997),

[...] a diversidade de arranjos familiares existentes hoje na sociedade brasileira nos leva a definir a família como um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consangüíneos. Ela tem como tarefa primordial o cuidado e a proteção de seus membros, e se encontra dialeticamente articulada com a estrutura social na qual está inserida (p.5).

A função socializadora / educativa dentro da família é devidamente a mais importante porque prepara a criança para o seu ingresso na sociedade com a transmissão do legado social e cultural. Ao desempenhar uma ação socializadora, a família desempenha, também, o papel de agência transmissora de ideologias através de hábitos, costumes, idéias, valores, padrões de comportamento dependendo do seu status social.

Outra função da família que vem sendo contextualizada é a que diz respeito à assistência aos seus membros. Em todas as sociedades, a família é basicamente responsável pela proteção física, econômica e psicológica de seus membros. Diz respeito, também, aos cuidados que a família dispensa aos seus membros tanto nas situações do dia-a-dia quanto nas situações que exigem um maior cuidado (doenças, por exemplo). E este cuidado se processa num *continuum* que vai da infância até a velhice.

A família se transforma através da história, mas continua sendo um sistema de vínculos afetivos em que se dá todo o processo de humanização do indivíduo. Um ambiente familiar estável e afetivo pode contribuir de forma positiva para o bom desempenho na vida de cada um dos seus membros. Um lar mal estruturado social e economicamente, tende a desfavorecer o desempenho social, educacional e emocional dos seus integrantes, em especial o das crianças. Percebe-se desta forma que a família possui uma função decisiva na educação formal e informal de todos os que dela fazem parte.

3.2 FAMÍLIA E EDUCAÇÃO

A família e a escola constituem o alicerce da sociedade, pois são os principais agentes no desenvolvimento da criança. Apesar da existência de debate em torno

do papel atual da família e da sua composição, ela permanece como o elemento-chave na vida e desenvolvimento da criança.

A idéia de família, com a evolução histórica da sociedade, sofreu consideráveis mudanças. Desta forma, percebe-se que, tendo em vista todas as mudanças ocorridas na família ao longo da história em função de diversos fatores, entre eles a emancipação feminina, que os papéis da escola, foram ampliados para dar conta das novas demandas da família e da sociedade. Com isso as mudanças na família além de influenciar a sociedade como um todo, atinge também a educação dos filhos refletindo indiscutivelmente sobre as atividades desenvolvidas pela escola.

Segundo Carvalho (2004) a educação tem um papel fundamental na produção e reprodução cultural e social e começa no lar/família, lugar da reprodução física e psíquica cotidiana – cuidado do corpo, higiene, alimentação, descanso, afeto, que constituem as condições básicas de toda a vida social e produtiva.

A mesma autora assegura que a educação apresenta duas dimensões: social transmissão de uma herança cultural às novas gerações através do trabalho de várias instituições; e individual – formação de disposições e visões, aquisição de conhecimentos, habilidades e valores. A dimensão individual é subordinada à social no contexto de interesses objetivos e relações de poder, neste caso baseadas na categoria idade-geração, seja na família, seja na escola (CARVALHO, 2004).

Desde meados do século XX, especialmente em suas últimas décadas, novas dinâmicas sociais vêm afetando, ao mesmo tempo, a instituição familiar e o sistema escolar, levando ao aparecimento de novos traços e desenhando novos contornos nas relações entre essas duas grandes instâncias de socialização (NOGUEIRA, 2006).

Antigamente as crianças e jovens eram educados pela família e na comunidade antes da escola se tornar um lugar separado e especializado para a educação formal. No final do século XIX a educação escolar tornou-se o modo de educação dominante nas sociedades modernas, democráticas, a partir da escolarização obrigatória com uma organização específica organizada através de sistema de avaliação, níveis, diplomas, professores, professoras e outros

profissionais especializados. Com a especialização das instituições de reprodução social e a separação da vida pública e privada, as famílias e lares passaram a se redefinir como local estritamente de reprodução física e psíquica, onde são gerados os primeiros sinais de afeto e de intimidade. Já as escolas, ficaram com o papel representar o lugar da educação pública onde se reproduz a cultura letrada, os valores sociopolíticos e da qualificação para o trabalho, assumindo funções econômicas e ideológicas.

A escolarização cresceu num modo ordenado e especializado de educação, e tornou-se o contexto central do desenvolvimento individual das crianças e jovens, assumindo em seguida funções sociais e emocionais adicionais. Isso se deu na medida em que os pais e mães passaram a trabalhar fora de casa, sendo que cada vez mais se reduz suas intervenções e funções reprodutivas culturais e sociais.

As responsabilidades da escola hoje vão além de simples transmissora de conhecimento científico. Sua função é muito mais ampla e profunda. Tem como tarefa intensa, educar a criança para que ela tenha uma vida plena e satisfatória, colaborando assim para melhoria da sociedade em questão.

Hoje em dia, porém, a política educacional está se desenvolvendo numa ação para além da escola, formalizando-se na relação com a família através da esfera pública, especificando a contribuição educacional da mesma para o sucesso motivacional na educação.

Porém, o envolvimento dos pais na escola está sendo assimilado na conjuntura da atual tendência à descentralização da gestão educacional e melhoria da produtividade e qualidade escolar no sistema de ensino público (CARVALHO, 2000). Citando o autor Piaget (1972), Caetano (2004) enfatiza também essa questão afirmando que:

Uma ligação estreita e continuada entre os professores e os pais leva pois a muita coisa mais que a uma informação mútua: este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, freqüentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola, chega-se até mesmo a uma divisão de responsabilidades (PIAGET 1972, p. 50).

De acordo com Nogueira (2006),

É preciso reconhecer que, de um modo geral, a idéia de “parceria” entre a família e a instituição escolar já se tornou uma espécie de “dogma” (SILVA, 2003, p. 27), de “categoria pública positiva de percepção do mundo social” que se dissemina rapidamente no espaço social, tendo obtido um amplo “sucesso discursivo”. Juntamente com o discurso, vimos também que uma série de dispositivos institucionais (campanhas, jornadas, contratos, profissionais especializados etc.) são criados, em geral pelo Estado, com vistas a instaurar e fomentar essa parceria (p.12)

Partindo desse pressuposto, as propostas educacionais na escola e na família são diversas no que se referem aos seus objetivos, conteúdos e métodos, bem como as perspectivas e interações típicos a cada contexto. Contudo a escola deve reconhecer a importância da colaboração dos pais na história e no projeto escolar dos alunos e auxiliar as famílias a exercerem o seu papel na educação, na evolução e no sucesso profissional dos filhos e, concomitantemente, na transformação da sociedade.

Carvalho (2000) discorre que:

Enquanto a escola estimula e desenvolve uma perspectiva mais universal e ampliada do conhecimento científico, a família transmite valores e crenças e, como consequência, os processos de aprendizagem e desenvolvimento se estabelecem de uma maneira coordenada. Os benefícios de uma boa integração entre a família e a escola relacionam-se a possíveis transformações evolutivas nos níveis cognitivos, afetivos, sociais e de personalidade dos alunos (p.23).

Para que isto ocorra, é preciso apropriar-se de diferentes estratégias e formas para a implementação da relação família-escola, considerando o contexto cultural, isto é, as crenças, os valores e as peculiaridades dos ambientes sociais. Com isso pode-se entender que a integração do ambiente escolar e familiar não é uma tarefa fácil e não deve ser encarada de forma somente idealística.

Os laços afetivos, alcançados e estabelecidos tanto na escola como na família permitem que os indivíduos lidem com conflitos, aproximações e situações

oriundos destes vínculos, aprendendo a resolver os problemas de maneira conjunta ou separada. Dessen & Polonia (2007) informam que,

Apesar dos esforços, tanto da escola quanto da família, em promoverem ações de continuidade, há barreiras que geram descontinuidade e conflitos na integração. Uma das dificuldades na integração família-escola é que esta ainda não comporta, em seus espaços acadêmicos, sociais e de interação, os diferentes segmentos da comunidade e, por isso, não possibilita uma distribuição eqüitativa das competências e o compartilhar das responsabilidades (p.28).

Reconhecer os processos que permeiam os dois contextos e suas inter-relações permitiria uma visão mais dinâmica do processo educacional e, certamente, intervenções mais precisas e efetivas, e uma ampla discussão de modelos de articulação entre esses dois agentes educacionais.

Portanto, quando se fala em desempenho escolar, o ambiente familiar não deve ser relegado a segundo plano, mesmo quando se trata da educação formal, função considerada especificamente da escola, pois como se sabe o aprendizado tem início muito antes da vida escolar e sabe-se, também, que ao chegar à escola, a criança já traz consigo uma considerável gama de conhecimentos, embora diferenciados em função do meio no qual vive.

A escola e a família, portanto, devem estreitar os laços, especialmente quando se trata de crianças com deficiência. Esse estreitamento se refere ao fato de que a ação educativa atualizada não deve se direcionar ao indivíduo à margem de suas necessidades sociais, econômicas e culturais, ou nos problemas concretos em que se encontra inserido, mas sim a um sujeito, constituído de direitos a uma cidadania concreta.

Percebe-se desta forma que a interação família-escola faz-se necessária, para que ambas percebam suas realidades e suas limitações, e busquem caminhos que permitam e facilitem o entrosamento entre si, para o sucesso educacional do filho-aluno. Nesse sentido, é importante que família e escola saibam aproveitar os benefícios desse estreitamento de relações, pois isto irá resultar em princípios facilitadores da aprendizagem e formação social da criança.

Diante de tudo o que foi exposto, pode-se refletir na seguinte pergunta: Quem é o principal interventor para que ocorra esse estreitamento da relação família-escola? Deve partir apenas da família e concomitantemente da escola? Acredito que o Estado por vias democráticas como também de políticas públicas deve intervir neste sentido buscando o desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade procurando assegurar cada vez mais direito à qualidade e à igualdade de oportunidades educativas.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Estudar a problemática do envolvimento da inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular implica numa análise complexa da diversidade dos fatores sociais, familiares, junto a esse processo. Como a proposta desta pesquisa investigar a inclusão escolar no ensino regular, buscamos conhecer personagens “*chaves*” da área do ensino para perceber como se sucede a inclusão das crianças com deficiência no ensino regular. Conforme Boni &Quaresma (2005):

[...] o ponto de partida de uma investigação científica deve basear-se em um levantamento de dados. Para esse levantamento é necessário, num primeiro momento, que se faça uma pesquisa bibliográfica. Num segundo momento, o pesquisador deve realizar uma observação dos fatos ou fenômenos para que ele obtenha maiores informações e num terceiro momento, o pesquisador deve fazer contatos com pessoas que possam fornecer dados ou sugerir possíveis fontes de informações úteis. (BONI;QUARESMA, 2005 p.70).

Para tanto fez-se necessário realizar uma pesquisa bibliografia para ampliar o conhecimento sobre o tema proposto. Sobre isso Quaresma (2005) cita Luna (1999) quando informa:

Em linhas gerais a pesquisa bibliográfica é um apanhado sobre os principais trabalhos científicos já realizados sobre o tema escolhido e que são revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes. Ela abrange: publicações avulsas, livros, jornais, revistas, vídeos, internet, etc. Esse levantamento é importante tanto nos estudos baseados em dados originais, colhidos numa pesquisa de campo, bem como aqueles inteiramente baseados em documentos (LUNA, 1999, p.4).

Primeiramente foram realizados os contatos com os profissionais das escolas e profissionais de Serviço Social da área da saúde por meio de emails para a autorização do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e posteriormente foram aplicados os questionários pessoalmente. A estratégia metodológica focalizou-se na abordagem de investigação qualitativa e análise de discurso onde, recorreremos às técnicas de entrevistas semi-estruturadas, sendo os informantes, os referidos profissionais. As autoras Boni & Quaresma afirmam que:

A entrevista como coleta de dados sobre um determinado tema científico é a técnica mais utilizada no processo de trabalho de campo. Através dela os pesquisadores buscam obter informações, ou seja, coletar dados objetivos e subjetivos. Os dados objetivos podem ser obtidos também através de fontes secundárias tais como: censos, estatísticas, etc. Já os dados subjetivos só poderão ser obtidos através da entrevista, pois que, eles se relacionam com os valores, às atitudes e às opiniões dos sujeitos entrevistados.(BONI;QUARESMA,2005).

A parte empírica do trabalho foi desenvolvida, através de aplicação de entrevistas nos período de 05 a 17 de novembro com professoras da capital e da região metropolitana. Foram propostas e acertadas com as profissionais 20 entrevistas, contudo, apenas 12 (doze) entrevistas foram confirmadas e realizadas tendo em vista a desistência de 8 profissionais da rede de ensino.

Sendo assim, o universo desta pesquisa compreende uma amostra de profissionais, todas com formação superior e do sexo feminino residentes em Salvador e região metropolitana(Lauro de Freitas e Camaçari); sendo que 5 (cinco) são professoras da rede de ensino público, 5 (cinco) de rede particular e 2(duas) são profissionais de Serviço Social as quais compreendem e atuam na área da saúde mental.

Antes de iniciar a entrevista foi entregue uma única ficha de identificação para cada profissional a qual trazia no seu texto nomes de pedras preciosas, mostrando o significado de cada um segundo a astrologia, fazendo assim uma alusão ao sentido do nome à importância de cada uma referente ao seu campo de atuação. Na medida

em que cada uma escolhia seu nome, conseqüentemente não poderiam ser escolhidos nomes de pedras preciosas iguais.

Dessa forma, os nomes escolhidos pelas educadoras do ensino particular foram: Pérola, Diamante, Esmeralda, Rubi e Ágata. Já as professoras da rede pública de ensino escolheram os nomes: Ametista, Cristal, Lolita, Jade e Turquesa. As duas assistentes sociais usaram os nomes: Safira e Morganita.

O objetivo da entrevista com as referidas assistentes sociais foi de verificar as contribuições das mesmas no que se refere à educação inclusiva nas redes de ensino. Ressalva-se que nenhuma delas possui um curso de especialização na Educação Inclusiva e que todas as profissionais que contribuíram com a pesquisa, assinaram o termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A coleta dos dados foi processada em coerência com os objetivos preestabelecidos, visando compreender a percepção dos profissionais no processo de inclusão escolar.

4.1 RESULTADOS DA PESQUISA

A Entrevista foi dividida em 3 (três) blocos de perguntas. A primeira parte buscou-se identificar o perfil de cada profissional. Logo, na segunda parte da entrevista buscou conhecer qual a percepção dos profissionais qual a relevância da inclusão educacional no ensino regular. 100% das profissionais responderam que consideram de fundamental importância à vidas das crianças com deficiência em todos os aspectos: moral, cultural e social. Destacando que a entrevistada Rubi declara que:

É muito importante... traz grandes benefícios para essas crianças em relação ao desenvolvimento afetivo de integração e inserção social.”

Analisando as respostas desta pergunta, podemos identificar que todas foram concordaram e consideraram da inclusão dessas crianças no ensino regular

importante. Com relação à resposta da entrevistada em destaque, percebe-se que a mesma considera que a inclusão das crianças com deficiência contribui para o desenvolvimento interativo das mesmas. Outra indagação procurou-se identificar qual a importância da Família na inserção escolar dessas crianças. Conforme depoimento das entrevistadas, 100% afirmaram que a família tem um papel essencial no processo de inserção e posteriormente no desenvolvimento da aprendizagem dos educandos. A educadora Jade afirmou que:

Sem a participação da família torna-se muito difícil o processo de inclusão, pois é a partir da mobilização e disposição da família que essas crianças conseguem ser inseridas nas escolas.

Na avaliação baseada na opinião pessoal das profissionais quanto às principais contribuições e benefícios da escola para a vida intelectual das crianças com necessidades especiais, ressaltou-se que houve semelhança nas respostas apresentadas. As mesmas declararam que os benefícios e contribuições se dão no processo de aprendizagem progressiva, ou seja, embora participando efetivamente das aulas, o processo de aprendizagem é limitado, no entanto respeitando as particularidades de cada aluno. Outras profissionais acreditam que a maior contribuição e benefício se dá por meio do desenvolvimento afetivo onde as crianças aprendem no convívio dos colegas/professores aumentando o lado emocional e que os benefícios e contribuição apresentam-se pela inserção harmonizando-se as diferenças.

Analisando os índices das respostas, percebemos que embora não sendo uma pergunta fechada, as profissionais apontaram para respostas semelhantes, entendendo-se assim que, o papel da escola constitui de grande importância para o acréscimo intelectual dessas crianças no que diz respeito a aprendizagem e desenvolvimento afetivo interpessoal.

Ainda no bloco referente a educação inclusiva, as profissionais foram indagadas sobre o que acham sobre a rede de atenção e esta existe na prática. Todas afirmaram que a Rede de Atenção existe, só não é satisfatória. Segundo o depoimento de Ametista, educadora do ensino público:

A rede de atenção existe sim, mas, no entanto não vejo resultados satisfatórios. Na realidade ela não atende as variadas necessidades especiais dessas crianças. Em seguida as entrevistadas foram indagadas seguindo ao segundo bloco de perguntas que se tratava em identificar o perfil das famílias das crianças com deficiências. As respostas apontaram que a maioria das famílias são monoparentais e/ou alargadas.

Quanto à renda familiar das crianças com deficiência, 50% respondeu que em sua maioria é inferior ao salário mínimo, porém 50% respondeu que é de 4 (quatro) à 6 (seis) salários. Observou-se, no entanto que as respostas foram proporcionais ao campo em que cada profissional atua, isto é, para os profissionais das instituições públicas a renda das famílias é inferior ao salário, resposta que foi inversamente proporcional aos educadores do ensino regular particular.

Outra questão levantada procurou conhecer quem era os principais responsáveis pela renda familiar dessas crianças. As respostas foram diversas sendo que 50% responderam que somente a mãe era o responsável, e 30% responderam que eram o pai/mãe responsáveis pelo sustento econômico. As outras entrevistadas que correspondem aos 20% das respostas, disseram não ter conhecimento nesta questão. Com isso atentamos à responsabilidade materna em prover o sustento da familiar e ao mesmo tempo a de cuidar dos seus filhos com deficiência.

A figura materna se estabelece com predominância nas respostas relacionadas ao sustento da casa, podendo-se dizer que nesta questão houve uma mudança considerável, visto que antigamente o maior responsável pelo sustento da família era o pai. Contudo há de ser sinalizada a sobrecarga da figura materna, visto que a mesma além de cuidar do sustento financeiro da família, ainda precisa preocupar-se em amparar dos seus filhos com levando em consideração a dependência dos mesmos.

Avaliou-se fundamentada na experiência profissional das entrevistadas, qual o conhecimento teórico e prático acerca da situação da educação inclusiva na Bahia. As respostas apresentadas foram que em sua maioria educadora da rede de ensino particular só ouvem o tema abordado em simples reuniões pedagógicas que acontecem anualmente. Já as educadoras da rede publicam participaram de

seminários de capacitação na inclusão escolar enquanto outras desconhecem a teoria e prática.

As profissionais de Serviço Social mesmo não estando atuando na área educacional e a partir dos seus conhecimentos, relataram que a educação inclusiva na Bahia ainda precisa melhorar. A entrevistada Morganita afirma que:

A educação inclusiva precisa melhorar ainda mais na Bahia. Seria necessário que o governo agisse de forma mais atuante, né? Desde a acessibilidade nos transportes públicos e vias de acesso ao cadeirante até na capacitação das escolas e professores, só assim poderíamos garantir os direitos dessas crianças.

Em análise das respostas, foi interessante verificar que as gestoras de escolas particulares não realizam seminários que venham capacitar seus educadores e isso se deve ao fato de muitas escolas ainda hoje, recusarem as crianças com necessidades especiais no seu território de ensino. Nas respostas das pedagogas de escolas públicas ao menos as mesmas se mobilizam e participam de seminários os quais são discutidas esse supracitado tema. É relevante ressaltar que das entrevistadas da escola particular mostraram-se estimulada numa especialização na respectiva área inclusiva.

No que diz respeito às famílias receberem algum benefício pode-se perceber que em grande parcela asseguraram que as famílias recebem sim algum benefício conforme direitos amparados pelas leis do governo.

Quando indagadas se as famílias reconhecem a sua importância da inclusão as crianças com deficiência na escola, a maioria respondeu positivamente. Porém 2 (duas) entrevistadas ressaltaram que acreditam que as famílias não reconhecem. Destacando a fala de uma dessas responsáveis pela resposta, Lolita, quando declara:

No meu modo de vista, acho que a família desses meninos não sabem do valor, de sua importância na inclusão deles. Porque muitas vezes eles responsabilizam a gente (os professores) como os principais agentes da inclusão. E não é assim que a coisa funciona. A escola precisa acolher e a família buscar a inclusão e acompanhar juntamente com o professor o desenvolvimento desse aluno, sobretudo quando se trata do aluno especial.

Referente ao conhecimento das famílias quanto de direitos políticos e sociais quanto a inclusão das crianças com deficiência nas escolas, todas as entrevistadas afirmaram que as famílias sabem dos seus direitos, embora não muitas delas não indiquem se são assistidas por esses direitos.

Os fatores facilitadores dos profissionais em educar essas crianças são poucos diante das poucas respostas, porém destaca-se a resposta da entrevistada Ágata que diz:

Facilitadores? Acho que é disposição dos professores para se capacitarem na área e assim qualificar a educação prestada a essas crianças. Acredito que a participação dos pais nas cobranças na escola seja também um dos fatores, só assim os direitos dos seus filhos pode ser cumpridos.

Quanto ao fator dificultador, as respostas apresentadas foram diversas dentre elas, ouve queixas acerca das capacitações periódicas que devem ser feitas com os educadores bem como a organização das escolas visando atender as necessidades de todos os indivíduos em fase escolar. Diante das declarações pode-se perceber que o Governo, visando à melhoria educacional, poderia investir mais na capacitação dos professores e solucionar as falhas de na estrutura física escolares. Pois na falta desses a evasão nas escolas tendem a aumentar desfavorecendo a presença dos mesmos alunos à sala de aula.

À contribuição do serviço social na relação família-escola na visão das entrevistadas foi ampliar o quadro de gestão educacional, intervindo juntamente com pedagogos, psicólogos na questão da participação familiar em todo o processo educativo de seus filhos. Nessa aproximação os profissionais do ensino estarão conhecendo as dificuldades, os dilemas dos responsáveis pelas crianças. Como de fato comentou Safira:

“O assistente social na escola vai facilitar o contato dos pais com o colégio porque através da nossa visão poderemos perceber junto com as famílias as dificuldades encontradas pelos pais e bem como saberá os o que pais esperam da escola.” (SAFIRA)

A questão buscou identificar nas entrevistadas, os principais desafios para a educação inclusiva na Bahia. 50% das respostas garantem que o maior desafio é o investimento na formação e capacitação de profissionais da área do ensino, proporcionando ao mesmo um melhor salário. Partindo dessa premissa fica claro que a falta do investimento do governo e subseqüentemente da escola faz com que o acesso das crianças com deficiência seja um dos fatores que levam os pais a não confiarem naqueles que são os responsáveis no ensino e aprendizagem dos seus filhos.

Outro fator preponderante do qual algumas educadoras salientou é que a Bahia precisa investir na acessibilidade desde o percurso dessas crianças ao colégio, facilitando os meios de transportes e melhorando as vias públicas como também no sentido estrutural e físico das escolas as quais precisam se adaptar para receber as todas as crianças independente de ter ou não deficiência.

As assistentes sociais entrevistadas foram unânimes nas respostas quando indagadas quais os principais desafios dos profissionais na educação, afirmando que:

O principal desafio, né? na minha opinião será o de conseguir um espaço no ramo da educação. Acho muito valido, porque vai ser mais um profissional que vai contribuir com o ingresso e permanência dos estudantes nas escolas. A gente sabe que no campo da educação falta muita coisa, falta o assistente social. (SAFIRA)

A outra conclui que:

O Serviço Social vai completar o quadro na educação. É uma área muito trabalhosa, onde as demandas são inúmeras. Mas tenho certeza que a nossa categoria irá mostrar os benefícios. Não sei porque há tanta demora na aprovação deste profissionais em todas as redes de ensino. Não iremos salvar a pátria e melhorar tudo. Mas é uma área que vamos fazer a diferença! (MORGANITA)

Conclui-se que os existem grandes expectativas das profissionais alusivas ao no tema abordado e que todos esperam que as crianças com necessidades especiais sejam de igual modo educadas e respeitadas como um cidadão possuidor de direitos.

4.2 As Contribuições do Serviço Social

No atual contexto brasileiro, nota-se que o ensino tem se mostrado insuficiente, no que se refere à quantidade de vagas para o atendimento a todos os alunos, tendo-se como por um dos grandes desafios à melhoria de sua qualidade. A educação tem ocupado um lugar central no âmbito das lutas sociais voltadas para a superação da sociedade do capital e das formas de opressão que lhes são características.

Segundo Guerra (2007) a utilidade social de uma profissão advém das necessidades sociais. A utilidade social da profissão esta em responder às necessidades das classes sociais, que se transformam, por meio de muitas mediações, em demandas para uma profissão.

Nessa perspectiva o assistente social hoje, busca fundamentar sua formação profissional a partir das novas Diretrizes Curriculares, com uma flexibilidade das disciplinas, podendo contemplar especificidades regionais e demandas geradas pelas necessidades, através de interlocuções com outras áreas do saber (pluralismo), a indissociabilidade nas dimensões ensino, pesquisa e extensão e a adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade. (PIANA, 2009).

No campo educacional, o Serviço Social surgiu em 1906, nos Estados Unidos, quando os Centros Sociais nomearam visitadoras para estabelecer uma relação com as escolas do bairro, a fim de investigar por que as famílias não enviavam seus filhos à escola, as razões da evasão escolar ou a insuficiência do aproveitamento das crianças e a adaptação destas à situação da escola. O mesmo trabalho ocorria

na Europa junto ao campo assistencial que atendia as crianças abandonadas ou órfãs, mães solteiras, colocação em lares substitutos ou para adoção e serviços em instituições fechadas.

Em vários países, ocorria o atendimento às crianças em suas famílias que não recebiam orientações necessárias para seu desenvolvimento e muitas eram vítimas de maus tratos por parte dos pais ou responsáveis. Outros trabalhos na área escolar eram especializados no setor da saúde, resolvendo problemas de aprendizagem relacionados à saúde dos alunos. (Piana, 2009 apud Vieira, 1977, p.67).

Na América Latina, o trabalho profissional na área escolar embora atendesse individualmente, buscava a relação da escola com a comunidade através da família dos alunos. No Brasil a discussão sobre a consolidação gradativa da atuação profissional do assistente social no campo do ensino vem ganhando destaque nestes últimos anos. Segundo o Conselho Federal de Serviço Social a presença do/a assistente social na área da educação advém desde a década de 1930.

Com base nas informações da Revista Eletrônica Reflexão Flama, no artigo por título "*A Atuação Do Serviço Social na Educação*", o projeto de lei que torna indispensável a presença de assistentes sociais nas escolas ainda não foi aprovado, porém, é cada vez mais crescente a presença desses profissionais na área educacional, pois muitos Municípios e Estados mediante sua competência de legislar sobre o assunto criam leis que regulamentam o Serviço Social na educação. Está altamente em pauta para votação no Senado Federal o PLC5 nº60/2007, de autoria do Deputado Federal Jose Carlos Elias, PTB/ES6, que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas escolas publicas de educação básica.

Vale à pena destacar que a compreensão interventiva do profissional de Serviço Social no contexto sócio-ocupacional na área da educação tem a ver com o marco histórico do Serviço Social, a saber, o Movimento de Reconceituação, fundamentado nos desdobramentos críticos da identidade profissional e no rompimento com um Serviço Social conservador e tradicional, sucedido na década de 1980.

A educação não é um campo de trabalho novo para o Serviço Social, assim como é anunciado atualmente, mas nos últimos anos, percebe-se um crescente interesse dos assistentes sociais por esta área, em seu aspecto teórico-metodológico, como objeto de pesquisa e como campo interventivo, sobretudo na esfera pública, através de muitas contratações desse profissional para integrar a equipe profissional da educação nas escolas, em assessorias e consultorias no âmbito da política educacional estadual e nacional. A partir desse pressuposto o Serviço Social busca construir um perfil profissional na política educacional, conquistando espaços, protagonizando ações que possibilitem intervenções profissionais criativas, propositivas, estratégicas, audaciosas e comprometidas com a transformação social.

Tendo em vista que o Serviço Social aparece intervir na emergência da Questão Social, a qual se refere ao conjunto das expressões da desigualdade social, econômica e cultural, ou seja, problemas da sociedade capitalista madura bem como do antagonismo entre o Capital e o Trabalho, o autor Ney Teixeira⁶ afirma que:

A política educacional é, assim, expressão da própria questão social na medida em que representa o resultado das lutas sociais travadas pelo reconhecimento da educação pública como direito social. E aqui deve ser ressaltada uma das principais características da realidade brasileira: o fato de a educação não ter se constituído até o momento em um direito social efetivo e universalmente garantido, um patrimônio da sociedade civil [...].

Nesse mesmo sentido o autor Teixeira ainda declara:

A escola pública e, mesmo, a particular, na esfera do ensino fundamental, se vê atravessada, hoje, por uma série de fenômenos que, mesmo não sendo novos ou estranhos ao universo da educação escolarizada, hoje se manifestam de forma muito mais intensa e complexa: a juventude e seus processos de afirmação e reconhecimento enquanto categoria social, exacerbadamente, mediado pelo consumo; a ampliação das modalidades e a precoce utilização das drogas pelos alunos; a invasão da cultura e da força do narcotráfico; a pulverização das estratégias de sobrevivência das

⁶ Afirmação feita na publicação textual “**O Serviço Social e a Política Pública de Educação**”- Mandato do deputado Estadual André Quintão (PT) / Belo Horizonte – Minas Gerais.

famílias nos programas sociais; a perda de atrativo social da escola como possibilidade de ascensão social e econômica; a desprofissionalização da assistência no campo educacional com a expansão do voluntariado; a gravidez na adolescência tomando o formato de problema de saúde pública e a precarização das condições de trabalho docentes são algumas das muitas expressões da questão social.

A contribuição do assistente social na educação consiste em identificar fatores sociais, culturais e econômicos que determinam os processos relacionados ao campo educacional, tais como: evasão escolar, baixo rendimento escolar, atitudes e comportamentos agressivos, etc. Estas atitudes constituem questões de expressiva complexidade e que precisam necessariamente de intervenção conjunta por diferentes profissionais (educadores, assistentes sociais, psicólogos dentre outros) com a ajuda da família, da sociedade civil e dirigentes governamentais, possibilitando uma ação efetiva objetivando o cumprimento da missão da educação de oferecer qualidade de ensino para a formação de cidadania.

O Brasil e algumas ONG's elaboram políticas sociais que tem como exigência a frequência escolar, mas paradoxalmente o Estado não oferece um ensino de qualidade, que se fosse oferecido, poderia funcionar como uma forma de estímulo para que esses estudantes permanecessem nas escolas, não com o intuito de receberem os auxílios governamentais, mas sim, como forma de receberem uma educação de qualidade tornando-se sujeitos de sua própria história.

Em se tratando das contribuições do Serviço Social na área da Educação Inclusiva visualiza-se objetivos na prática profissional de intervenção para o acesso, ingresso, permanência e sucesso da criança e adolescente na escola, bem como intervir na relação família-escola-comunidade fazendo com que se amplie o espaço de participação destas na escola. Tendo foco no alunado com deficiência o assistente social pode articular projetos direcionados na parceria entre educação e as demais políticas sociais, facilitando assim o acesso destes indivíduos aos seus direitos.

Nesse contexto, o Serviço Social tem grande contribuição a dar à política pública da Educação e aos desafios que se apresentam para a elevação do rendimento escolar, a efetivação da escola como espaço de inclusão social e a

formação cidadã de nossas crianças e jovens. Sendo assim o ambiente escolar passará a ser utilizado não só como uma área de aprendizado, mas também como um instrumento para a conscientização e garantia dos direitos. Nesse ínterim Xavier (2009) pondera que:

Infelizmente nosso país pratica como diria Paulo Freire, é uma “educação bancária”, que consiste em um método educacional completamente ditatorial, no qual o professor “deposita” o seu conhecimento naqueles alunos presentes em sala de aula. Mas a mudança dessa forma de ensinar não depende somente dos professores, mas sim de todo o sistema educacional, desde o Estado até a direção de cada instituição educacional, sendo assim é de grande importância à participação do assistente social na articulação dessa mudança. (p.72)

A presença dos assistentes sociais, sobretudo, nas escolas, tem sido tomada como a presença de um profissional que possa contribuir com a ampliação do processo educacional em sentido amplo, ou seja, contribuindo para o acesso e a permanência das crianças e jovens na educação escolarizada, assim como para a extensão dessa convivência para outros membros da família, que por razões sociais diversas não concluíram ou experimentaram plenamente esta oportunidade.

Deste modo o trabalho do Assistente Social torna-se relevante no espaço escolar, pois através de suas intervenções, os sujeitos poderão contemplar e conseqüentemente buscarão conquistar seus direitos, sendo que este profissional poderá se articular como mediador, apontando para a construção coletiva da cidadania ativa, através de ações e projetos que auxiliam os educandos, as famílias e os educadores a levarem em conta as múltiplas dimensões que envolvem o ato de educar e que os mesmos se reconheçam como sujeitos capazes de intervir e transformar a realidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que o objetivo central desse trabalho resida em refletir acerca da importância da educação inclusiva de crianças e adolescentes com NE no ensino regular, evidenciou-se após a realização de toda revisão bibliográfica aqui citada que a educação brasileira necessita de mais atenção pela parte do Estado brasileiro. O quadro da realidade social e educacional do Brasil mostra bem o quanto a existência histórica dos brasileiros está longe de atingir um patamar mínimo de qualidade.

Para Frigotto; Civiatta (2003) o grande desafio para o Estado está na construção de um novo projeto em que se deve conceituar a educação básica visando em primeiro lugar, o reconhecer dos problemas maiores do mundo globalizado, sob os quais temos que considerar as particularidades de cada local e em segundo lugar, assumir o direito inalienável do povo a uma escola pública de qualidade, a qual garanta a todos os cidadãos a satisfação da necessidade de um contínuo aprendizado.

Segundo os mesmos autores, educação é tanto um direito social básico e universal. Ela é, portanto, ao mesmo tempo determinada e determinante da construção do desenvolvimento social de uma nação. Além de ser fundamental para uma formação integral humanística e científica de sujeitos autônomos, críticos e protagonistas da cidadania ativa.

Em razão do exposto, refletimos sobre a importância da inclusão educacional de crianças e adolescentes com NEE no ensino regular tendo em vista este é um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988 o qual declara no artigo 208, que mesmo para as pessoas com deficiências severas, preferencialmente devem estas ser inseridas no sistema regular de ensino.

Apesar da Constituição de 1988 assegurar esses direitos percebe-se que na prática esta não representou a garantia do ingresso de alunos com NEE no sistema de ensino. Frigotto;Civiatta (2003) ressaltam que esperava-se que essa lei de fato fosse apropriada pela política pública do Estado brasileiro, porém o que se revelou

foi um percurso controvertido entre as lutas da sociedade, as propostas de governo e as ações e omissões no exercício do poder.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no seu artigo 4º é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à saúde, à alimentação, à educação [...]. Com isso pode-se afirmar que no processo de inclusão os responsáveis pelos alunos com NEE têm, assim como o Estado, o compromisso de contribuir no processo de inclusão dos mesmos na escola. O engajamento família é essencial para inserção e permanência do educando com NEE no ensino regular, favorecendo o desempenho dos mesmos e os auxiliando na superação das dificuldades e conflitos enfrentados.

Sob este enfoque, faz-se necessária participação de estudiosos da área educacional nas reflexões mais sobre o supracitado tema, sobretudo dando enfoque aos profissionais de Serviço Social o qual, assim como essas crianças e jovens com NE, também busca garantir o seu espaço no território no campo do ensino. Partindo dessa premissa os (as) assistentes sociais trariam consideráveis contribuições proporcionando a articulação entre a escola e família, facilitando e colaborando ao acesso desses indivíduos aos seus direitos. Não obstante Moreira (2012) destaca:

Contudo, de modo contraditório, a contribuição do serviço Social no processo de construção e fortalecimento de uma contra-hegemonia nas escolas perpassa cada um desses fins, pois da alguma forma, essas ações representam em si atividades que vão de encontro á alógica racionalista, fragmentadora e individualizante instituída. (p.169)

E ainda demonstra que:

É fundamental que o assistente social assuma conscientemente o compromisso com a transformação do quadro educacional atual e enxerte em cada desses objetivos sentido ético-político (tão bem materializado no projeto atual da nossa profissão), articulando suas ações com movimentos de resistência e de construção de outras propostas de educação que estão em andamento dentro e fora das escolas. (p.169)

Nessa perspectiva nota-se a precisão de se expandir o conhecimento interdisciplinar por meio de comunicação e da contribuição de cada ciência, não havendo sobreposição de nenhuma delas, mas preservando a integridade de seus métodos e de seus conceitos.

Compreende-se que muitas são as contribuições do assistente social na educação, sobretudo na educação inclusiva, pois o mesmo irá completar o trabalho já desenvolvido na escola por outros profissionais conhecidos da área. Todavia é válido salientar que o profissional de Serviço Social no âmbito da educação não se insere neste espaço para substituir o outro profissional ali existente, mas sim tem como objetivo o trabalho interdisciplinar no intuito de superação das demandas emergentes do contexto educacional.

Nesse sentido o conhecimento interdisciplinar deve ser construído reciprocamente e por meio de comunicação e de contribuição de cada ciência, não havendo sobreposição de nenhuma delas, mas preservando a integridade de seus métodos e de seus conceitos (PIANA, 2009, p.203).

Essa compreensão do ensino para além dos muros da escola concretiza uma realidade aos múltiplos movimentos sociais visando assim uma escola pública, universal, laica, gratuita, democrática e, portanto, unitária como um direito e uma mediação imprescindível nas suas lutas e na produção de sua humanização e emancipação. (FRIGOTO e CIVIATTA, 2003).

Desse modo cabe enfatizar a necessidade do assistente social, no espaço ocupacional na área de ensino regular, pois, além de possibilitar o enfrentamento dos problemas presentes oriundos da pobreza e da exclusão social acredita-se que este profissional contribuirá para a inclusão das crianças e adolescentes com NEE e isso refletirá nas relações sociais familiares. Tendo por certo, no que tange a educação inclusiva, que o Serviço Social fará a diferença em meio a tanta indiferença.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Texeira de. O Serviço Social na Educação. In: **Revista Inscrita**. CFESS, 2000.

BATISTA, Cristina Abranches Mota, Maria Teresa Egler Mantoan. **Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental**. [2. ed.] /- Brasília : MEC, SEESP, 2006. 68 p. : il.

BITTENCOURT, Evaldo de Souza. **Políticas públicas para a educação básica no brasil, descentralização e controle social – limites e perspectivas**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro/ Rj, 2009. Disponível em: <http://www.lppbuenosaires.net/ppfh/documentos/teses/politicaspUBLICAS.pdf>
Acessado

BONI, Valdete e Sílvia Jurema Quaresma. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. In **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC** ,Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.

BRASIL. **Constituição Federal 1988**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei n. 10.098**, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critério básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 2000.

BRASIL. **Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação (PNE)**. Brasília, DF: MEC/INEP, 2001.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008a.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial**. Decreto n. 6.571, de 17 de setembro de 2008. Brasília, DF: MEC/SEESP,2008b.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial, 1998.

BRASIL. **Decreto nº. 3.956**, de 08 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as For mas de Discr iminação contra as Pessoas Por tadoras de Deficiência. Guatemala: 2001.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. A construção da escola inclusiva: uma análise das políticas públicas e da prática pedagógica no contexto da educação infantil. In **Revista @mbienteeducação**, São Paulo, v.1 - n. 2, p. 56-67, ago./dez. 2008.

CAETANO, Luciana Maria. **Relação escola e família: Uma proposta de parceria**. Universidade de São Paulo, 2004 Disponível em: http://www.seufuturonapratica.com.br/intellectus/Arquivos/Jul_Dez_03/PDF/Luciana.pdf. Acessado em: 21 Out. 2012.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Escola como extensão da família ou família como extensão da escola? o dever de casa e as relações família–escola. Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Educação**. n. 25. p. 95. jan.– abr., 2004. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php/script_sci_serial/pid_14132478/Ing_pt/nrm_is>. Acesso 15 set. 2012.

DIREITO À EDUCAÇÃO: **subsídios para a gestão dos sistemas educacionais : orientações gerais e marcos legais** / Organização: Ricardo Lovatto Blattes . – 2. ed . – Brasília : MEC,SEESP, 2006.343 p.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: v. 4: **A família** / coordenação geral SEESP/MEC; organização Maria Salete Fábio Aranha. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. 17 p. 2004.

FRIGOTTO, Gaudêncio Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. In **Revista Brasileira de Educação** v. 16 n. 46 jan.|abr. 2011.

FRIGOTO Gaudencio; Maria Civiatta- Educação básica no brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 24, n. 82, p. 93-130, abril 2003 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v24n82/a05v24n82.pdf>.

GLAT, R. Uma família presente e participativa: o papel da família no desenvolvimento e inclusão social da pessoa com necessidades especiais. In **Anais do 9º Congresso Estadual das APAEs de Minas Gerais**, disponível em CD Rom, Belo Horizonte/MG, 2004.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social**. Disponível em: <http://www.cedeps.com.br/wpcontent/uploads/2009/06/Yolanda-Guerra.pdf> Acessado em 04 de Maio 2012.

LEÃO, Silse Teixeira de Freitas Lemos. **Breve análise sócio-histórica da política educacional brasileira: ensino fundamental**. São Luís – MA, 23 a 26 de agosto 2005. Disponível em: [http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina_PGPP/Trabalhos2/Silse Teixeira Freitas Lemos_Le%C3%A3o175.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina_PGPP/Trabalhos2/Silse_Teixeira_Freitas_Lemos_Le%C3%A3o175.pdf) Acessado em 19 de Out, 2012.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **O direito à diferença nas escolas:** questões sobre a inclusão escolar de pessoas com e sem deficiências, 2004. Disponível em: <<http://www.todosnos.unicamp.br:8080/lab/links-uteis/acessibilidade-e-inclusao/o-direito-adiferenca-na-igualdade-dos-direitos-2013-questoes-sobre-a-inclusaoescolar-de-pessoas-comdeficiencias/>>. Acesso: 22 ago. 2012

MARQUES, L. P.; Carneiro, C. T.; Andrade, J. S.; Martins, N. T.; Gonçalves, R. M. Analisando as pesquisas em educação especial no Brasil. **In Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, Mai.-Ago. 2008, v.14, n.2, p.251-272.

OLIVEIRA, Anderson dos Santos. **A política educacional brasileira:** uma análise crítica do PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação. 2010. Monografia.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes.** Resolução da Assembléia geral da organização das Nações Unidas (ONU) nº 2542 de 30/09/1975, publicada no Diário oficial da União de 01/10/1975. Disponível em: WWW.mj.gov.br/sedh/corde/sicorde.htm Acesso em: 06 ago, 2012.

PIANA, Maria Cristina. Serviço social e educação: olhares que se entrecruzam. **In Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 18, n. 2, 182 p. 182-206, 2009. Disponível em: <http://periodicos.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/viewFile/136/187> Acessado em 10 Nov, 2012.

POLONIA, Ana da Costa.; Maria Auxiliadora Dessen. **Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola.** Psicologia Escolar e Educacional, Vol.9 2005

SANTOS, Monica Pereira dos. A família e o movimento pela inclusão MEC/Secretaria de Educação à Distância, Brasília, 1999, cap. 8, p. 73-79, ISSN1516 – 2079. **In Série de Estudos Educação à Distância**, Tema: Educação Especial, Tendências Atuais.

TERUYA Marisa Tayra, **A Família Na Historiografia Brasileira. Bases e Perspectivas Teóricas.** Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/A%20Fam%C3%ADlia%20na%20Historiografia%20Brasileira....pdf> Acessado em 02 nov 2012.

APÊNDICE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Eu, Elisama de Almeida Santos, estou pesquisando sobre a importância da inclusão de crianças e jovens com deficiência no ensino regular e as contribuições da família e do serviço social, com o escopo de analisar qual a visão dos profissionais de convivência próxima desses indivíduos, a saber, Pedagogo(a)s e Assistente Social, levando-se em conta a análise do contexto, dos atores sociais e institucionais. Assim, identificamos o senhor (a) como informante chave para este estudo. Assumo o compromisso de que sua identidade permanecerá confidencial, salvo expressa manifestação em sentido contrário, haja vista a ocupação de cargos ou posições públicas. Caso o senhor (a) decida manifestar pública a sua opinião, será garantido que a transcrição da entrevista será submetida a sua apreciação antes de divulgação. Sua participação nessa pesquisa é fundamental para a elucidação de aspectos importantes sobre a inclusão educacional dessas pessoas com deficiência, na rede de ensino regular. Porém ela é inteiramente voluntária. A qualquer momento o senhor (a) poderá desistir de continuar a entrevista e só responderá as perguntas que desejar.

Eu _____, declaro estar ciente de que entendo os objetivos e condições de participação na pesquisa “A Importância da Inclusão de Crianças e Adolescentes com Necessidades Especiais no Ensino Regular e as Contribuições da Família e do Serviço Social” e aceito nela participar.

- Autorizo a identificação de meu nome nas publicações resultantes do referido projeto. ()
- Não autorizo a identificação do meu nome. ()

Salvador,-----/-----/2012.

Assinatura do entrevistado

Assinatura do entrevistador



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA – UFRB
Centro de Artes, Humanidades e Letras - CAHL

Rua Ariston Mascarenhas, s/n, Centro. CEP 44300-000. Cachoeira –
Bahia - Brasil

Tel: (75) 3425-2138 / Fax: (75) 3425-1062

Cachoeira, 06 de novembro de 2012

Prezado/a Senhor/a:

A aluna ELISAMA DE ALMEIDA SANTOS, regularmente matriculada no 8º semestre do curso de Serviço Social e em fase de construção de monografia de conclusão de curso.

Saliento, ainda, que a aluna está desenvolvendo pesquisa acerca da educação inclusiva e tem como objetivo analisar a educação inclusiva no Estado da Bahia, com os seus desafios e possibilidades, bem como qual a importância da família no processo da inclusão.

Para tanto será necessário desenvolver pesquisa em uma instituição que trabalhe com a educação inclusiva e assim, será necessário realizar entrevistas com os profissionais que laboram nesta área.

Neste sentido, solicitamos vossa valorosa colaboração no sentido de receber a nossa discente e verificar a possibilidade de acesso desta aos profissionais desta valorosa instituição.

Agradecemos antecipadamente a atenção e oportunidade, ao tempo em que colocamo-nos ao vosso dispor para parcerias futuras e dirimir quaisquer dúvidas que por ventura venham a ocorrer.

Cordialmente,

Pofª. Heleni Duarte Dantas de Ávila

Professora do Curso de Serviço Social da UFRB

CRESS 5ª Região – 1804 SIAPE 17421



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA - UFRB
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS – CAHL
ENTREVISTA- PROFESSORES(AS)

1. Perfil do profissional

Organização(ões) que trabalha atualmente _____

Cargo Ocupado _____

Tempo na função _____

Qual a sua formação _____

a) Para você, qual é a importância da inclusão educacional de crianças no ensino regular?

b) Qual a importância da família na inserção escolar dessas crianças?

c) Em sua opinião, quais são as principais contribuições e benefícios da escola para a vida intelectual das crianças com necessidades especiais?

d) O que você acha da rede de atenção? Existe?

2. Perfil das Famílias dos Alunos

Qual é o perfil da maioria das famílias dos alunos com deficiência?

() Tradicional () monoparental () Alargada [presença de avó, tios, primos...]
() nuclear [caracteriza-se por uma só união entre adultos e um só nível de descendência, isto é, pais/filhos. Não existem linhas colaterais [tios, primos] () Outras

e) Renda familiar

Menos de 1 salário 1 à 3 salários 4 à 6 salários 6 à 10 salários
 Outros _____

f) Quem é o principal responsável pela renda familiar?

Mãe Pai Mãe e Pai Irmãos Parentes
 Outros _____

g) A maioria possui algum benefício do governo como renda familiar?

sim não

h) Apresentam alguma dificuldade ao acesso à escola?

sim, quais? _____
 não

i) A família desses alunos é conhecedora dos direitos à inclusão educacional dessas crianças?

Sim Não

j) A família reconhece a sua importância para a inclusão da criança na escola?

Sim Não

k) Quais os meios de comunicação utilizados pela escola para a transmissão de informação sobre os direitos referente a inclusão escolar às famílias das crianças?

Palestras Debates Folders Informativos Outros _____
 Não utilizam.

l) Como se estabelece a relação da instituição com as famílias?**m) Fale livremente acerca da situação da educação inclusiva na Bahia.****n) Quais os fatores dificultadores na sua atuação profissional nesta instituição?**

o)Quais os facilitadores ?

p)Quais os principais desafios para a educação inclusiva na Bahia?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA - UFRB
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS – CAHL
ENTREVISTA- SERVIÇO SOCIAL

1. Perfil do profissional

Organização(ões) que trabalha atualmente _____

Cargo Ocupado _____

Tempo na função _____

Qual a sua formação _____

- a) No seu entendimento qual é a importância da inclusão educacional de crianças no ensino regular?
- b) Qual a importância da família na inserção escolar dessas crianças?
- c) Em sua opinião, quais são as principais contribuições e benefícios da escola para a vida intelectual das crianças com necessidades especiais?
- d) O que você acha da rede de atenção? Existe?

2. Perfil das Famílias dos usuários atendidos

a) Qual é o perfil da maioria das famílias das crianças e jovens com deficiência?

() Tradicional () monoparental () Alargada [presença de avó, tios, primos...]
 () nuclear [caracteriza-se por uma só união entre adultos e um só nível de descendência, isto é, pais/filhos. Não existem linhas colaterais [tios, primos] () Outras

b) Renda familiar

Menos de 1 salário 1 à 3 salários 4 à 6 salários 6 à 10 salários
Outros_____

c) Quem é o principal responsável pela renda familiar?

Mãe Pai Mãe e Pai Irmãos Parentes
Outros_____

d) A maioria possui algum benefício do governo como renda familiar?

sim não

e) Apresentam alguma dificuldade ao acesso à escola?

sim, quais? _____
 não

f) A família desses alunos é conhecedora dos direitos à inclusão educacional dessas crianças?

Sim Não

g) A família reconhece a sua importância para a inclusão da criança na escola?

Sim Não

h) Quais os meios de comunicação utilizados pela instituição para a transmissão de informação sobre os direitos referente à inclusão escolar às famílias das crianças?

Palestras Debates Folders Informativos Outros_____
Não utilizam.

i) Como o Serviço Social poderia contribuir na relação família-escola?

j) Fale livremente sobre o que você sabe sobre educação inclusiva na Bahia?

k) Quais os principais desafios para a educação inclusiva na Bahia?

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DAS ENTREVISTADAS

As pedras preciosas possuem seu valor por suas características, beleza e individualidade. Selecionamos o nome de algumas delas com o objetivo de identificar nas participantes desta entrevista às suas características pessoais/profissionais relacionando aos nomes e as características das pedras. Na análise dos dados desta pesquisa iremos nomeá-las como tais. Escreva seu nome na pedra preciosa qual você se identifica, e não esqueça: a sua profissão faz de você tão preciosa quanto essas pedras!

PEDRA	CARACTERÍSTICA	IDENTIFICAÇÃO
ÁGATA	Proteção, amizade, justiça e vitalidade	
AMETISTA	Paz e espiritualidade	
CRISTAL	Harmonia e energia	
DIAMANTE	Clareza, resistência e elegância	
ESMERALDA	Rejuvenesce e protege os viajantes	
IOLITA	Amor, sensibilidade, cura	
JADE	Alegria, equilíbrio emocional, fertilidade	
MORGANITA	Alegria, felicidade, telepatia	
RUBI	Amor, fidelidade, parcerias	
SAFIRA	Sensitividade, amor, meditação, cura	
TURQUEZA	Sucesso, amigos, amor, felicidade.	